



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROGRAMA ARCA

ÁREAS PROTEGIDAS DA CAATINGA

PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Junho de 2025

Sumário

| | |
|---|------------|
| LISTA DE FIGURAS | III |
| LISTA DE TABELAS | IV |
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1. COMPONENTE 1 – CRIAÇÃO E MELHORIA DA EFETIVIDADE NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO | 1 |
| 1.2. COMPONENTE 2 - CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS:..... | 2 |
| 1.3. COMPONENTE 3 - CAPACITAÇÃO DE EQUIPES DE UCS E PIPCTAF | 2 |
| 1.4. COMPONENTE 4. COMUNICAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO..... | 2 |
| 2. REGULAMENTOS E REQUISITOS..... | 5 |
| 3. PARTES INTERESSADAS DO PROJETO | 6 |
| 4. RESUMO DE ATIVIDADES ANTERIORES DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS | 10 |
| 5. PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS..... | 17 |
| 6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES | 22 |
| 7. MECANISMO DE GESTÃO DE DENÚNCIAS E RECLAMAÇÕES..... | 23 |
| 8. MONITORAMENTO E RELATO..... | 25 |
| 9. APÊNDICE 1: MODELO DE ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS | 26 |
| 10. APÊNDICE 2: DOCUMENTAÇÃO SISTEMÁTICA DAS CONSULTAS COM PARTES INTERESSADAS. | 27 |
| 10.1. APÊNDICE 2.1: LISTAS DE PRESENÇA DA CONSULTA NO ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ, 23/03/2024..... | 30 |
| 10.2. APÊNDICE 2.2: LISTA DE PRESENÇA DA CONSULTA EM BREJO DOIS IRMÃOS, PILÃO ARCADO, 25/03/2024..... | 34 |
| 10.3. APÊNDICE 2.3: LISTAS DE PRESENÇA DA CONSULTA EM BREJO DA QUIXABA E BREJO BONFIM, 25/03/2024 | 36 |
| 10.4. APÊNDICE 2.4: LISTA DE PRESENÇA DA CONSULTA EM GENTIO DO OURO, 26/03/2024..... | 37 |
| 11. APÊNDICE 3: MECANISMO DE RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS DO FUNBIO..... | 38 |

Lista de Figuras

| | |
|---|----|
| FIGURA 1: UCs DENTRO DO BIOMA CAATINGA..... | 4 |
| FIGURA 2: UCs DO ARCA..... | 5 |
| FIGURA 3: ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO PROJETO..... | 23 |

Lista de Tabelas

| | |
|---|----|
| TABELA 1: VISÃO GERAL DAS PARTES INTERESSADAS..... | 20 |
| TABELA 2: MODELO DE ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS..... | 26 |
| TABELA 3: DOCUMENTAÇÃO SISTEMÁTICA DAS CONSULTAS COM PARTES INTERESSADAS..... | 27 |
| TABELA 4: CANAIS PARA RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS..... | 41 |

1. Introdução

O Programa de Áreas Protegidas da Caatinga (ARCA) visa reforçar os esforços de conservação em um dos *hotspots* de biodiversidade mais relevantes do mundo, localizado no bioma Caatinga. A Caatinga, um bioma semiárido que cobre mais de 10% do território brasileiro, abriga cerca de 27 milhões de habitantes, 327 espécies de fauna endêmicas e 323 espécies de flora endêmicas¹. Entre elas, 125 espécies de fauna e 253 de flora estão ameaçadas de extinção. Além disso, 46% da área total do bioma já foi desmatada, principalmente devido ao consumo de lenha e à conversão de terras para uso agrícola. As Unidades de Conservação (UCs) da Caatinga estão sub-representadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e carecem de recursos suficientes para sua gestão. Isso contribui para a falta de aplicação das regulamentações ambientais e para o aumento das ameaças à biodiversidade. Esses desafios são agravados pela vulnerabilidade socioeconômica da maioria dos habitantes do bioma, cujas condições impulsionam o aumento do consumo de recursos naturais e a participação em atividades ilegais que colocam em risco a biodiversidade.

Portanto, os quatro componentes do programa visam expandir o SNUC, fortalecer a gestão dessas UCs, promover o engajamento de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais (PIPCTAF) na gestão das UCs e promover a comunicação e gestão do conhecimento do projeto. Essa abordagem busca alavancar a conservação aprimorada da biodiversidade para apoiar os meios de subsistência locais, protegendo assim a biodiversidade da Caatinga e reduzindo as emissões de gases de efeito estufa.

O Projeto Programa de Áreas Protegidas da Caatinga (ARCA) está estruturado em quatro componentes, conforme descrito abaixo:

1.1. Componente 1 – Criação e Melhoria da Efetividade na Gestão de Unidades de Conservação

Resultado 1.1. Criação de Novas Unidades de Conservação:

Este resultado apoiará o planejamento e a proposta de criação de novas UCs, bem como a ampliação de UCs existentes, por meio de levantamentos de biodiversidade (especialmente em áreas pouco estudadas da Caatinga), estudos de avaliação, consultas públicas e atividades de campo. As novas áreas serão definidas com base no Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação recentemente atualizado e em critérios adicionais, como: áreas de extrema importância para a proteção de espécies ameaçadas, relevância e representatividade da biodiversidade, endemismo e espécies ameaçadas, de acordo com a disponibilidade de dados. Além disso, os levantamentos de biodiversidade contribuirão para a identificação de potenciais corredores de conectividade, que serão apoiados por uma proposta complementar do GEF-8 atualmente em desenvolvimento.

Resultado 1.2. Melhoria da Efetividade na Gestão de Unidades de Conservação Existentes:

Este resultado apoiará a melhoria da gestão de UCs existentes por meio do fornecimento de infraestrutura e equipamentos necessários, do desenvolvimento participativo e da implementação de planos de manejo, além de atividades de proteção e fiscalização, entre outros. Será dado foco especial às ações de adaptação climática, como o desenvolvimento de planos de manejo do fogo e a capacitação de equipes das UCs e das comunidades locais para lidar com a desertificação e as mudanças climáticas. No âmbito deste resultado, o projeto fortalecerá a capacidade técnica, institucional e de governança dos Conselhos Gestores das UCs, que incluem representantes do governo, da sociedade civil e de Povos Indígenas, Povos

¹ <https://ispn.org.br/biomas/caatinga/fauna-e-flora-da-caatinga/>

e Comunidades Tradicionais e Comunidades Locais (PIPCTAF). A seleção das UCs existentes a serem apoiadas pelo projeto provavelmente se baseará, entre outros, nos seguintes critérios: (i) a existência de espécies ameaçadas na área; (ii) a necessidade de investimentos para equipar a UC; (iii) o interesse e a capacidade humana e financeira para implementar as atividades do projeto; e (iv) a possibilidade de estabelecer parcerias de trabalho com as comunidades locais.

Um exercício preliminar identificou um mínimo de 4.581.821 hectares de UCs no bioma Caatinga que serão beneficiados por este projeto.

1.2. Componente 2 - Conservação de Espécies Ameaçadas:

Resultado 2.1. Melhoria na Implementação dos Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas:

Este resultado promoverá uma gestão mais eficaz das espécies ameaçadas na Caatinga por meio de: (i) implementação das diretrizes para espécies ameaçadas previstas nos Planos de Ação Nacionais (PANs); e (ii) monitoramento dos PANs implementados.

Resultado 2.2. Combate à Caça e ao Tráfico Ilegal de Fauna Silvestre:

Este resultado busca combater o comércio e a caça ilegais por meio de campanhas de mídia e ações de sensibilização para reduzir a demanda por produtos e o envolvimento na caça/tráfico, além de aumentar a capacidade governamental para combater a caça e o tráfico ilegais.

1.3. Componente 3 - Capacitação de Equipes de UCs e PIPCTAF

Resultado 3.1. Capacidades Fortalecidas de PIPCTAF e Equipes de UCs para Melhor Governança, Gestão e Uso de Recursos Naturais

Este resultado apoiará os grupos de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais (PIPCTAF) que vivem dentro e nos arredores das UCs no bioma Caatinga, aprimorando sua capacidade de participar da governança das UCs e reduzindo a pressão sobre os recursos naturais. Para atingir esse objetivo, com relação ao Produto 3.1.1: Serão oferecidas capacitações e treinamentos para grupos governamentais e de PIPCTAF. No Produto 3.1.2: Serão lançadas chamadas para propostas, acompanhadas de assistência técnica para os grupos de PIPCTAF desenvolverem e submeterem propostas. Os proponentes selecionados receberão subvenções para financiar ações de PIPCTAF voltadas para meios de subsistência baseados no uso sustentável de recursos naturais dentro e ao redor das UCs-alvo. Além disso, receberão assistência técnica e apoio operacional para participar da governança e gestão das UCs e no uso sustentável dos recursos naturais nas UCs.

1.4. Componente 4. Comunicação e gestão do conhecimento

Resultado 4.1 Comunicação e gestão do conhecimento do projeto

Este resultado busca fortalecer a coordenação, gestão e comunicação essenciais para a execução do projeto, por meio de ações como: (i) implementar uma supervisão e monitoramento eficazes das atividades diárias do projeto; (ii) oferecer suporte às equipes de coordenação na realização de suas funções e obrigações, incluindo a facilitação de auditorias do projeto; e (iii) desenvolver e executar uma estratégia abrangente de comunicação para o projeto.

Monitoramento e Avaliação (M&A)

Uma abordagem estruturada de monitoramento e avaliação garante que o progresso e o impacto do projeto sejam acompanhados de forma meticulosa, com os resultados das avaliações intermediária e final orientando estratégias de gestão adaptativa.

Locais do Projeto

Os locais do projeto abrangem várias áreas distintas dentro da Caatinga, selecionadas com base em sua relevância ecológica e na urgência de intervenção necessária para sua preservação e restauração. A eficácia da gestão inicial dessas áreas foi avaliada por meio do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGe), que subsidiou o processo de seleção. As UCs relevantes incluem (estados indicados entre parênteses):

- APA Lago do Sobradinho (Bahia)
- APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco (Bahia)
- PN Serra das Confusões (Piauí)
- PN Boqueirão da Onça (Bahia)
- PN Serra do Teixeira (Paraíba)
- APA Boqueirão da Onça (Bahia)
- PE Mata da Pimenteira (Pernambuco)
- EE Serra da Canoa (Pernambuco)
- APA Lagoa de Itaparica (Bahia)

A Figura 1 apresenta a extensão do bioma Caatinga, mapeando as UCs geridas, respectivamente, por entidades estaduais e federais, bem como comunidades PIPCTAF; a Figura 2 exibe as UCs do ARCA em conjunto com os assentamentos.

Figura 1: UCs dentro do Bioma Caatinga.

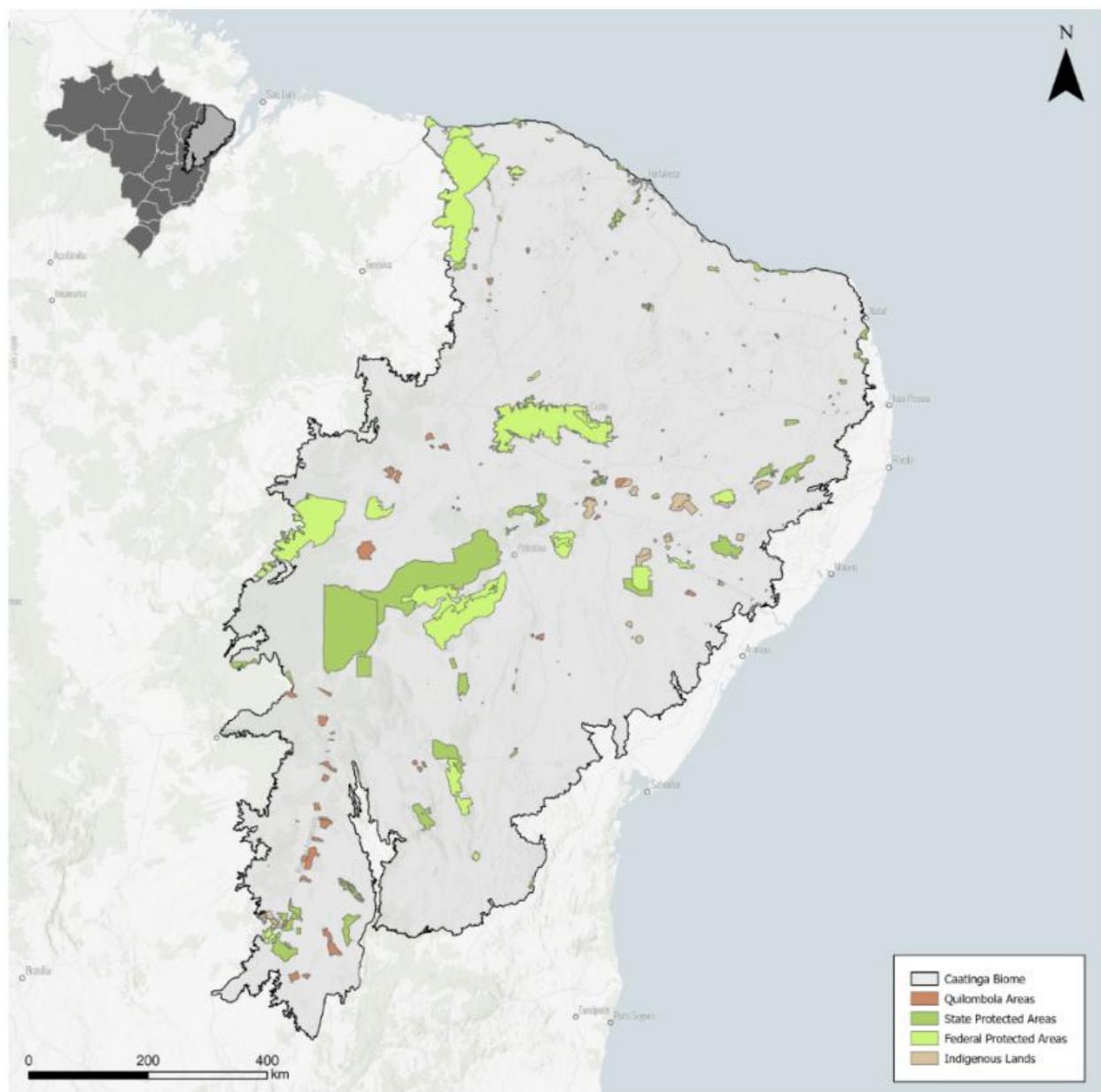
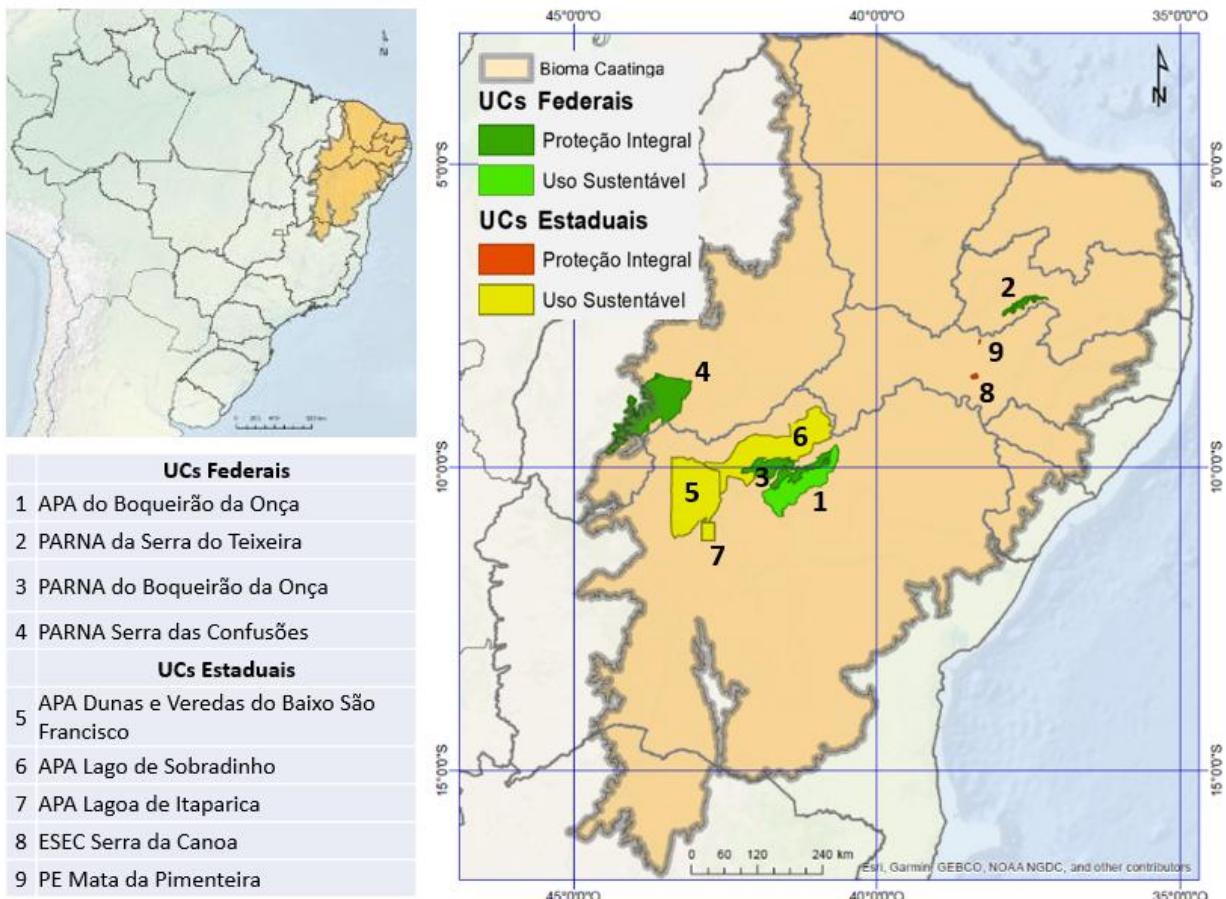


Figura 2: UCs do ARCA



2. Regulamentos e Requisitos

Resumo das Políticas e Regulamentos da República Federativa do Brasil sobre o Engajamento de Partes Interessadas

A Constituição da República Federativa do Brasil inclui os Direitos e Garantias Fundamentais de todas as pessoas, assegurando o direito de receber, dos órgãos públicos, informações de interesse particular dessas pessoas ou de interesse coletivo ou geral, que devem ser fornecidas no prazo estabelecido por lei, sob pena de responsabilidade, salvo quando o sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado². Um dos dez princípios da Política Nacional de Meio Ambiente³ é garantir a educação ambiental da comunidade para que ela participe ativamente da defesa do meio ambiente. A Lei de Educação Ambiental⁴ define, de forma mais detalhada, os princípios para o engajamento, assegurando uma abordagem holística, democrática e participativa, que conecta os ambientes natural, socioeconômico e cultural. Mais especificamente, a Lei que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza⁵ exige que a gestão das Unidades de Conservação seja realizada de forma participativa, incluindo

² [Constituição da República Federativa do Brasil](#) texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 64/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1/1994 a 6/1994. TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais CAPÍTULO I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos Artigo 5º, inciso XXXIII.

³ [Política Nacional do Meio Ambiente](#), Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

⁴ [Lei de Educação Ambiental](#), Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

⁵ Lei que instituiu o [Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza](#), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

o desenvolvimento de planos de manejo. Ela exige explicitamente que as Unidades de Conservação busquem apoio e cooperação de organizações não governamentais, organizações privadas e indivíduos para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão. O Plano Estratégico Nacional para UCs⁶ busca, ainda, ampliar o engajamento de partes interessadas na gestão das UCs, destacando como um dos princípios fundamentais a promoção da participação e inclusão social dentro e no entorno das Unidades de Conservação.

Norma do WWF sobre o Engajamento de Partes Interessadas

- A Agência WWF GEF exige que todos os projetos do GEF cumpram os padrões do GEF e do WWF para o engajamento de partes interessadas, especificamente a Norma do WWF sobre o [Engajamento de Partes Interessadas](#) e os [Procedimentos associados para Implementação da Norma de Engajamento de Partes Interessadas](#). O engajamento de partes interessadas é um termo abrangente que engloba uma variedade de atividades e interações com partes interessadas ao longo do ciclo do projeto e é um aspecto essencial de uma boa gestão de projetos.

A Norma do WWF sobre o Engajamento de Partes Interessadas exige que a Unidade de Gestão do Projeto (UGP), alocada na Entidade Executora FUNBIO, garanta o engajamento das partes interessadas chave ao longo de toda a duração do projeto; comunique mudanças significativas às partes interessadas do projeto e consulte sobre potenciais riscos e impactos; estabeleça um Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRC), registrando e respondendo às reclamações durante a execução do projeto; e dissemine informações de maneira relevante, transparente, objetiva, significativa e facilmente acessível. A Norma sobre o Engajamento de Partes Interessadas promove um processo inclusivo para apoiar o desenvolvimento de relacionamentos fortes, construtivos e responsivos, que ajudem a identificar e gerenciar riscos, além de incentivar resultados positivos para as partes interessadas e as atividades do projeto.

3. Partes Interessadas do Projeto

As seguintes partes interessadas do projeto incluem as principais agências, instituições e grupos que devem ser informados e engajados no projeto. Estas incluem partes interessadas que podem ser afetadas pelo projeto ou que tenham interesse em suas atividades. Essa lista de partes interessadas será utilizada para desenvolver a consulta e validação do conceito e dos procedimentos do projeto durante o período de início, mas será detalhada posteriormente, conforme necessário, nas diversas áreas do projeto, conforme estabelecido na Seção 5.

Entidades Governamentais Nacionais

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA): O Decreto nº 11.349/23 atribui ao MMA a responsabilidade pela preservação, conservação e uso sustentável de ecossistemas e biodiversidade, gestão de florestas públicas para produção sustentável, gestão federal do Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de estratégias regulatórias e econômicas para melhorar a qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais. A Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA supervisiona a gestão socioambiental, a política ambiental rural, o acesso e

⁶Decreto que instituiu o [Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas](#), Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.

uso da água, e os esforços de combate à desertificação, aspectos relevantes para a Caatinga. Adicionalmente, a Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial Ambiental é responsável por questões relacionadas ao desmatamento e uso do solo.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA): O IBAMA é a agência federal vinculada ao MMA, responsável por aplicar as regulamentações ambientais e com autoridade para supervisionar a implementação de políticas nacionais, incluindo, mas não se limitando a: controle e monitoramento da qualidade ambiental; autorização para o uso e manejo de recursos naturais; e emissão de licenças ambientais. O IBAMA conta com unidades estaduais em cada uma das UCs e desempenhará um papel fundamental devido à sua experiência e competência, incluindo a proteção de espécies ameaçadas contra a caça predatória e outras atividades ilegais.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): O ICMBio é uma agência federal vinculada ao MMA, responsável pela supervisão, proteção e cumprimento das normas regulatórias em 336 Unidades de Conservação Federais, incluindo as UCs envolvidas no projeto. O ICMBio identifica potenciais UCs para criação ou ampliação em nível federal, enquanto entidades estaduais ou municipais desempenham funções semelhantes para UCs em seus respectivos níveis. As UCs são, em última instância, estabelecidas por leis aprovadas em âmbito federal, estadual ou municipal. Criado pela Lei nº 11.516/07, o ICMBio tem como missão preservar a biodiversidade nacional por meio da promoção de pesquisas e monitoramento ambiental, desenvolvimento de políticas em coordenação com as comunidades adjacentes às unidades de conservação, organização do acesso público controlado, facilitação da educação ambiental e aplicação de leis para prevenir e mitigar infrações ambientais, incluindo incêndios florestais. A ampla experiência e a capacidade operacional do ICMBio na gestão de UCs são fundamentais para identificar e estabelecer novas áreas de conservação, além de aprimorar a governança e a gestão ecológica das áreas existentes no bioma Caatinga. Seus esforços colaborativos com comunidades locais e ênfase na educação ambiental estão plenamente alinhados com os objetivos do projeto.

Administração Estadual e Municipal

Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha de Pernambuco (SEMAS): A SEMAS é responsável por supervisionar as políticas ambientais e iniciativas de sustentabilidade em todo o estado de Pernambuco. Criada para fortalecer a governança ambiental, a SEMAS surgiu a partir da reorganização da antiga Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Sua estrutura é voltada para promover a gestão ambiental integrada, contando com o apoio do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CONSEMA-PE) e com financiamento do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) e do ICMS Socioambiental para subsidiar a Política Ambiental de Pernambuco. A missão da SEMAS de implementar políticas públicas de meio ambiente e sustentabilidade está alinhada com os objetivos do projeto ARCA de conservar a biodiversidade e promover o desenvolvimento sustentável. Suas atividades, que vão desde a coordenação de políticas ambientais estaduais até a execução de ações de licenciamento e fiscalização, influenciam diretamente a eficácia do projeto em aprimorar a gestão das UCs e fomentar o uso sustentável dos recursos. O envolvimento da SEMAS e de suas entidades vinculadas, como a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) e a administração do Parque Estadual Dois Irmãos, pode impactar significativamente os resultados do projeto ao assegurar alinhamento regulatório e fortalecer os esforços de conservação no bioma Caatinga.

Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH): Estabelecida pela Lei Complementar nº 49/03, a CPRH atua como a agência ambiental de Pernambuco, com foco na proteção, conservação e pesquisa aplicada às atividades de controle ambiental, além de facilitar o uso sustentável dos recursos naturais. Como principal órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental, monitoramento e fiscalização, a expertise e a capacidade regulatória da CPRH são alvos prioritários de quaisquer atividades de fortalecimento de capacidades. A CPRH é responsável pela criação, ampliação e gestão de UCs no estado de Pernambuco, dependendo de posterior ratificação pela Assembleia Legislativa do Estado. Isso inclui o licenciamento acelerado para novas UCs, a gestão eficaz das já existentes e o aprimoramento do marco regulatório sobre biodiversidade. Além disso, o compromisso da CPRH com a educação ambiental e sua capacidade de mobilizar e engajar as comunidades locais contribuirão para aumentar a conscientização e promover práticas sustentáveis de gestão de recursos naturais.

Secretaria Estadual de Meio Ambiente da Bahia (SEMA): A SEMA possui um amplo mandato sobre a conservação ambiental e a implementação de políticas no estado da Bahia. Suas responsabilidades incluem a gestão de UCs, a aplicação da legislação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável. A SEMA atua em colaboração com diversos órgãos colegiados, como o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH), que podem facilitar o engajamento de partes interessadas, o alinhamento de políticas e a mobilização de recursos, fatores cruciais para a implementação e o sucesso do projeto. Os potenciais impactos do engajamento da SEMA no projeto incluem garantir a conformidade regulatória, aprimorar a eficácia da gestão das áreas protegidas no bioma Caatinga e contribuir para o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais.

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA): O INEMA é um órgão autônomo do governo do estado da Bahia, criado pela Lei nº 12.212/11, por meio da fusão do Instituto de Meio Ambiente (IMA) e do Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ). O INEMA é responsável pela implementação da Política Estadual de Meio Ambiente, Proteção da Biodiversidade, Recursos Hídricos, Educação Ambiental e Políticas de Mudança do Clima. A criação do INEMA também unificou o Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) com o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos (SEIRH), consolidando-os em uma única ferramenta de informações, mantendo, no entanto, os colegiados distintos do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM) e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH). O INEMA é responsável pela criação, ampliação e gestão das UCs no estado da Bahia, dependendo de ratificação subsequente pela Assembleia Legislativa do Estado. Além disso, a experiência do INEMA em educação ambiental pode fortalecer os esforços de capacitação do projeto.

ONGs

Associação Caatinga: A Associação Caatinga realiza estudos específicos para o desenvolvimento de propostas detalhadas voltadas à criação e gestão de UCs, auxiliando tanto o setor privado quanto o público. A criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) é um ato voluntário de proprietários de terras comprometidos com a proteção da biodiversidade e do patrimônio ambiental. Até o momento, a Associação Caatinga contribuiu para a criação e apoio de 31 RPPNs — 29 federais e 2 estaduais — além de apoiar três UCs públicas. A Associação Caatinga também oferece suporte ao desenvolvimento e implementação de planos de manejo. Essa linha de ação desenvolve, ainda, estudos para ampliar os incentivos econômicos destinados aos proprietários de RPPNs, como os pagamentos por serviços ambientais (PSA).

Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN): O ISPN é uma organização sem fins lucrativos com sede em Brasília e um escritório em Santa Inês (Maranhão). Desde 1990, o ISPN atua no fortalecimento de meios de vida sustentáveis e no desenvolvimento de estratégias de adaptação e mitigação às mudanças climáticas, incluindo sua atuação como agência implementadora de programas financiados pelo GEF. A partir de 2013, o ISPN expandiu suas atividades para os biomas Amazônia e Caatinga.

Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA): O CAATINGA é uma ONG voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia de direitos da população do Semiárido brasileiro, promovendo resiliência climática, segurança alimentar e economia familiar. A organização busca aprimorar as habilidades de agricultores para produzir de forma sustentável e influenciar políticas públicas. O CAATINGA também promove os direitos das mulheres e a equidade de gênero, fortalecendo as agricultoras e suas organizações. Além disso, atua na cidadania ambiental e na educação contextualizada, incentivando a participação ativa na gestão ambiental. O papel do CAATINGA é fundamental para o Componente 3, pois sua expertise em agroecologia e defesa de práticas sustentáveis contribuirá para o manejo sustentável em UCs. Além disso, seu foco na equidade de gênero e na educação ambiental está alinhado com os objetivos de empoderar comunidades e promover a conservação.

Organizações de Base Comunitária

Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC): A AQCC foi fundada em 2000 por produtores agrícolas e trabalhadores residentes no assentamento de Conceição das Crioulas, próximo a Salgueiro, Pernambuco. Desde 2003, a AQCC sedia a Comissão Estadual para a Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, tornando-se uma parte interessada essencial para avaliações socioeconômicas participativas.

Central da Caatinga: Muitas cooperativas agrícolas estão ativas na Caatinga, destacando-se pela participação significativa de mulheres na governança e na conservação da biodiversidade em suas atividades. A Central da Caatinga, formalmente estabelecida em 2016, representa uma rede de cooperativas e grupos informais dedicados à comercialização e ao beneficiamento de produtos vegetais e animais oriundos da extração sustentável no bioma Caatinga. Seu principal objetivo é facilitar o acesso de cooperativas e grupos aos mercados, fortalecendo a presença da agricultura familiar em diferentes segmentos e garantindo renda para as famílias envolvidas. Além disso, seu papel na promoção da igualdade de gênero e da participação econômica das mulheres pode ser fundamental para alcançar as metas de inclusão social do projeto.

Povos Indígenas, Povos Tradicionais e Comunidades Locais (PIPCTAF)

Comunidades Quilombolas: Os Quilombos são comunidades geralmente fundadas e habitadas por descendentes de pessoas anteriormente escravizadas, que convivem e compartilham práticas culturais e produtivas. Estima-se que existam pelo menos 1.724 Quilombos na região Nordeste do Brasil, muitos dos quais habitam o bioma Caatinga, engajados em práticas de agricultura de subsistência e uso compartilhado de recursos comunitários. Relata-se que os Quilombos mantêm relações cooperativas e fortes com os Povos Indígenas locais, embora conflitos por terras e outros recursos ocorram com frequência entre Quilombos e agricultores comerciais. As atividades produtivas e o conhecimento concentrado dessas comunidades tornam os Quilombos partes interessadas fundamentais no Projeto.

Povos Indígenas: O bioma Caatinga é habitado por pelo menos 45 comunidades indígenas (aproximadamente 90.000 habitantes), incluindo os povos Tumbalala, Xukuru e Pankararu. Esses povos são partes interessadas essenciais no Projeto, pois seu engajamento permitirá integrar o conhecimento sobre atividades produtivas, relações sociais e patrimônio cultural às atividades do projeto, especialmente nos componentes voltados para a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável dos recursos naturais.

Academia

Instituto Nacional do Semiárido (INSA): Desde 2004, o INSA opera sob o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, promovendo inovação tecnológica e social para o desenvolvimento sustentável nas zonas semiáridas. Suas atividades estão estruturadas em cinco pilares: Coordenação, Pesquisa, Capacitação, Difusão e Políticas Públicas. O INSA aborda áreas-chave como biodiversidade, ciência e tecnologia de alimentos, desertificação, agroecologia, energia e gestão de recursos hídricos, contribuindo de forma significativa para a sustentabilidade do semiárido.

4. Resumo de atividades anteriores de engajamento com partes interessadas

Consultas preliminares para a implementação do projeto

Em março de 2024, foi realizado um processo direto de consulta comunitária como parte da elaboração Diretrizes de Gestão Ambiental e Social e Diretrizes de Processos. Comunidades selecionadas de uma amostra de quatro das nove UCs identificadas foram consultadas, representando uma diversidade de grupos presentes na área, como Quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas, caatingueiros, Fundo e Fecho de Pasto, agricultores familiares, entre outros.

As consultas foram realizadas nas comunidades locais, em locais escolhidos pelas próprias comunidades (geralmente uma associação local ou escola), contando com a participação de representantes de instituições locais relevantes e membros da comunidade sem vínculos institucionais. Cada reunião teve início com uma rodada de apresentações, seguida por uma breve explicação da equipe de consulta sobre o Projeto, incluindo sua estrutura, financiamento, principais áreas de atuação e os potenciais benefícios e impactos para a comunidade. As explicações foram propositalmente objetivas e sucintas, considerando a natureza técnica do Projeto (focado no fortalecimento de práticas de gestão) e a preocupação em evitar gerar expectativas indevidas em relação aos benefícios potenciais.

Os grupos, de modo geral, demonstraram-se bem organizados e informados, com praticamente todos conduzindo projetos e atividades em andamento, alguns deles com apoio externo. Os participantes participaram ativamente das discussões e expressaram uma percepção amplamente positiva em relação ao Projeto, que consideraram uma oportunidade para enfrentar desafios ambientais locais, como a gestão de água, resíduos e incêndios. Poucas dúvidas foram levantadas sobre o Projeto em si, embora um participante tenha destacado os possíveis impactos das restrições associadas ao fortalecimento da fiscalização sobre as comunidades locais (por exemplo, na caça artesanal de subsistência). Ao mesmo tempo, reconheceram os benefícios desse reforço na conformidade, como no combate à caça predatória. Essas questões deverão ter papel central no desenvolvimento participativo dos Planos de Manejo das UCs.

As discussões focaram nas preocupações das comunidades em relação aos seus desafios ambientais e aspirações. Elas foram altamente direcionadas e evidenciaram uma compreensão sólida das causas e efeitos de diversos problemas ambientais, bem como ideias sobre como as comunidades podem ser fortalecidas para enfrentar esses desafios e aproveitar oportunidades relacionadas à geração de renda. A ampla variedade de questões prioritárias identificadas por cada comunidade sugere um grande potencial de engajamento local no Projeto proposto. As consultas também destacaram o papel central das comunidades locais na identificação, desenvolvimento e participação em ações relacionadas às questões ambientais prioritárias. Embora muitas das questões levantadas fossem comuns a praticamente todas as comunidades, cada uma priorizou um ou dois temas que consideravam mais críticos. Demonstraram uma compreensão profunda e integrada das causas e efeitos desses problemas, propondo soluções multidimensionais para enfrentá-los. Um aspecto notável das intervenções foi o enfoque ambiental, que surgiu de forma espontânea dos participantes, sem influência direta da equipe de consulta.

As consultas identificaram diversos vetores de conflito, sendo a questão fundiária um dos mais críticos. A titulação de terras é desigual, e algumas comunidades possuem títulos coletivos do CDRU, frequentemente suscetíveis a conflitos internos. A invasão de terras, muitas vezes promovida por latifundiários, e a especulação imobiliária são práticas generalizadas. Além disso, o uso destrutivo das terras, como queimadas, caça predatória e descarte de resíduos devido ao turismo descontrolado, foi amplamente relatado. A necessidade de apoio para regularização fundiária foi uma demanda recorrente.

Em Lage dos Negros, destacou-se um problema envolvendo interesses imobiliários poderosos que avançam sobre terras de Patrimônio Cultural, exercendo pressão, assédio e até ameaças contra líderes Quilombolas. As ações sugeridas incluem a criação de um Arquivo Comunitário sobre o Patrimônio Cultural, apoio às iniciativas de conservação ambiental e capacitação em atividades de geração de renda.

Em Nova Canaã, os principais problemas relatados foram invasão de terras, desmatamento, conflitos relacionados à especulação fundiária, acesso à água para os animais, extração de madeira, caça predatória, migração de jovens locais e conflitos internos na comunidade. As questões fundiárias foram destacadas como a principal preocupação, agravadas pelo desmatamento promovido por “invasores” que exploram a irregularidade na posse de terras para realizar práticas ambientalmente destrutivas. A comunidade ressaltou a necessidade de assistência jurídica para resolver esses conflitos fundiários. A importância da irrigação foi amplamente destacada, com a comunidade manifestando interesse em um projeto de irrigação no perímetro do assentamento, que permitiria aos agricultores locais superar o nível de subsistência. Preocupações também foram levantadas em relação ao rio local, utilizado para abastecer os animais. Projetos em andamento, como uma horta comunitária, foram mencionados como iniciativas promissoras, mas que necessitam de treinamento adicional e assistência técnica para identificar e explorar oportunidades de geração de renda.

Em Brejo Dois Irmãos, a principal preocupação é com os incêndios durante a estação seca, causados principalmente por atores locais. Esses incêndios afugentam espécies-chave da região, como as onças, contribuem para a redução do fluxo do rio e reduzem a produtividade das árvores frutíferas. A comunidade busca capacitação em prevenção de incêndios, programas de conscientização, formação de uma brigada voluntária local de combate a incêndios e suporte técnico para o replantio de árvores frutíferas, como parte dos esforços para mitigar o aumento das temperaturas. A comunidade também já iniciou o plantio de mudas de buriti e busca apoio técnico para o manejo sustentável dessa cultura. Outras prioridades incluem a revitalização do rio local, limpeza de lagos e riachos, repovoamento de estoques pesqueiros, desenvolvimento da piscicultura e combate à caça predatória realizada por pessoas de fora da comunidade.

Em Brejo da Quixaba e Brejo Bomfim (consultados conjuntamente), as preocupações principais concentraram-se no rio local, que enfrenta problemas de seca, acúmulo de lixo (como sacos plásticos e

garrafas), uso de pesticidas e a proliferação de uma planta que, nos últimos anos, tornou-se invasora, possivelmente devido às mudanças climáticas ou à ausência de predadores naturais. Embora já tenham realizado esforços para limpar o rio com a colaboração de comunidades vizinhas, enfrentam dificuldades causadas por moradores com menor conscientização ambiental. Por isso, destacaram a necessidade de um sistema comunitário mais robusto para prevenir o descarte de lixo, promover a coleta de resíduos, realizar ações de limpeza e garantir a manutenção do rio. A comunidade conta com um projeto de educação ambiental e reciclagem voltado para jovens, que promove a coleta seletiva e a produção de artesanato, pintura e crochê utilizando materiais reciclados, com o objetivo de gerar renda e proteger o ambiente local. O projeto já possui um espaço dedicado, uma associação registrada e a participação de 60 jovens da comunidade. No entanto, há uma necessidade de suporte técnico adicional e capacitação em educação ambiental, além da formação de multiplicadores para atuar com as comunidades vizinhas nas áreas úmidas, disseminando boas práticas e promovendo maior conscientização sobre essas questões.

Em Santo Inácio, destacou-se os impactos negativos do turismo descontrolado sobre os corpos d'água locais, incluindo o descarte de lixo por visitantes em nascentes e cachoeiras, a remoção de plantas e a prática de grafite em pinturas rupestres antigas. Embora exista coleta municipal de lixo, não há destinação final adequada (apenas queima e depósitos irregulares), nem coleta seletiva, e o esgoto bruto é despejado diretamente no rio, sem tratamento ou controle de efluentes. Árvores frutíferas estão sendo derrubadas, e a exploração descontrolada de areia local, bem como a má gestão de resíduos, foram apontadas como preocupações graves. A principal demanda da comunidade foi a criação de um projeto de educação ambiental com foco em ecoturismo, incluindo a capacitação de guias turísticos e agentes ambientais, bem como ações de conscientização para turistas. Também foi solicitada a implementação de um programa de coleta seletiva, um local adequado para a destinação final de resíduos, sinalização ambiental, campanhas de informação pública e avisos sobre multas para infrações às leis ambientais. A comunidade sugeriu que as ações começem com treinamentos ambientais voltados aos moradores locais. Entre outras prioridades, destacaram-se a recuperação do rio e de outros corpos d'água, a preservação dos cactos locais, o replantio de árvores frutíferas (como mangaba, murici e buriti) e o investimento no processamento de seus frutos para a produção de doces, licores e outros produtos artesanais. A comunidade também ressaltou a importância de apoio ao cultivo e à desidratação de plantas medicinais para comercialização.

As necessidades, riscos e preocupações manifestados pelas partes interessadas afetadas pelo projeto servirão de base para futuras atualizações dos documentos do projeto, sua implementação e as análises de partes interessadas que serão elaboradas na fase PIF.

Consultas virtuais adicionais também foram realizadas com todos os gestores atuais das UCs, com exceção de um, que será consultado em breve.

As consultas individuais realizadas e seus respectivos resultados estão resumidos de forma mais detalhada abaixo (consulte os Apêndices 2-2.4 para mais informações sobre as consultas e a lista de participantes). Os detalhes dessas reuniões estão documentados no Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) do projeto.

Uma segunda rodada de consultas está planejada para as 5 UCs restantes, com conclusão prevista para 1º de maio. Os relatórios e resultados dessa etapa serão incorporados à versão final do Plano de Engajamento de Partes Interessadas e nas Diretrizes de Gestão Ambiental e Social e Diretrizes de Processos.

Lage dos Negros, Campo Formoso, Bahia, APA Boqueirão da Onça (21/03/2024)

Lage dos Negros é uma Comunidade Tradicional Quilombola oficialmente reconhecida e registrada, composta por aproximadamente 2.150 famílias. Os quilombos foram comunidades formadas durante o período da escravidão por pessoas escravizadas que escapavam e buscavam refúgio em áreas remotas e de difícil acesso, como florestas, montanhas e regiões alagadas. Os descendentes dessas comunidades são atualmente conhecidos como “Comunidades Quilombolas.” Como muitas comunidades quilombolas no Brasil, Lage dos Negros está situada ao pé de uma montanha que circunda grande parte de seu território. Parte dessas terras pertence à Associação de Mulheres Quilombolas local e é reconhecida como Patrimônio Cultural.

A equipe não conseguiu organizar uma consulta comunitária completa dentro do tempo disponível, mas conduziu uma entrevista muito produtiva com uma liderança local, Dona Hilda, membro da Associação de Mulheres e professora da escola estadual de ensino fundamental da comunidade.

A reunião ocorreu na escola, onde nos apresentamos e fornecemos uma breve explicação sobre o projeto, incluindo sua fase de preparação, os potenciais impactos e os benefícios esperados para a comunidade local.

Dona Hilda iniciou a conversa mencionando que as demandas da comunidade eram numerosas, mas destacou algumas questões-chave que, em sua opinião, merecem atenção prioritária.

O Patrimônio Cultural enfrenta ameaças crescentes devido à expansão imobiliária local, e a Associação tem sofrido pressão e assédio constantes para autorizar a ocupação do território, o que resultaria em destruição ambiental. Muitas espécies já estão ameaçadas, assim como as pessoas que as defendem. Dona Hilda revelou que colocaram um preço por sua cabeça por ela se recusar a permitir a entrada de “empreendedores” imobiliários e políticos cujos interesses conflitam com os da comunidade.

Segundo Dona Hilda, o patrimônio cultural da comunidade está em risco, pois não há um local seguro para preservar seus documentos históricos, escritos, artesanatos e outros artefatos que representam sua herança ancestral. Ela sugeriu a criação de um Acervo Comunitário dedicado ao Patrimônio Cultural como uma possível atividade apoiada pelo projeto. Outro ponto destacado foi o apoio à preservação ambiental, juntamente com a capacitação em atividades de geração de renda. Além disso, Lage dos Negros foi reconhecida como um local com grande potencial para o turismo cultural, graças à sua rica história e tradições, incluindo festivais que celebram a cultura local.

[Observação: Está prevista uma consulta comunitária completa com os líderes e moradores de Lage dos Negros até o final de abril de 2024, cujos resultados serão incorporados à versão final deste Plano, a ser submetida ao Conselho da WWF.]

Assentamento Nova Canaã, Remanso, Bahia, APA Lago do Sobradinho (23/03/24)

Fundado há cerca de 20 anos como um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Nova Canaã é hoje uma comunidade altamente organizada, composta por aproximadamente 86 famílias. Suas origens em um movimento coletivo de ação popular parecem ter contribuído para o caráter dinâmico e participativo da reunião realizada.

A principal atividade econômica dos moradores é a agricultura, mas a comunidade também desenvolve uma variedade de outras iniciativas, incluindo pesca, apicultura, e a produção de requeijão, doces, sucos de frutas, licores e cachaça.

A comunidade demonstrou uma forte conscientização sobre questões ambientais e conhecimento dos serviços e projetos governamentais disponíveis. Eles reconhecem que vivem em uma área de preservação

ambiental e entendem a importância de proteger e conservar o meio ambiente local. Durante a reunião, enfatizaram a necessidade de um projeto de irrigação no perímetro do assentamento, que permitiria aos agricultores locais superar o nível de subsistência e ampliar sua produção.

Há atualmente um projeto da Prefeitura Municipal e o projeto da horta, apoiado pelo PENAI, que necessita de capacitação e assistência técnica para identificar formas de gerar renda para a comunidade. A Associação já elaborou uma proposta de projeto para oferecer assistência técnica às mulheres, mas não conseguiu financiamento. No momento, estão desenvolvendo um projeto voltado para a UC.

Entre os principais desafios mencionados estão invasão de terras, desmatamento, conflitos relacionados à especulação fundiária, acesso à água para os animais, extração de madeira, caça e a migração de jovens locais para São Paulo em busca de oportunidades. Conflitos internos na comunidade também foram apontados como uma questão significativa, com consenso geral sobre sua gravidade. Apesar do envolvimento contínuo do MST na comunidade, as questões relacionadas à posse das terras ocupadas continuam sendo uma grande preocupação. Há alguns anos, a comunidade obteve um título coletivo de terra (CDRU), o que complicou a situação fundiária. Atualmente, buscam concluir o parcelamento do assentamento e o processo de regularização fundiária. O desmatamento é um problema recorrente, supostamente causado por “invasores” ou pessoas que vivem e/ou trabalham nos arredores do assentamento. Quando os moradores tentam reagir, frequentemente ouvem que a terra não lhes pertence, pois não possuem documentos que comprovem a posse. Os moradores demonstraram ceticismo em relação às visitas do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que, segundo eles, têm sido incapazes de resolver um problema que persiste há muitos anos. Também expressaram preocupação com o rio que atravessa o assentamento, utilizado para abastecer gado, cabras e ovelhas, cujo acesso é restrito a pessoas externas à comunidade.

Essa comunidade possui um grande potencial que vai além da agricultura. O ecoturismo foi apontado como uma alternativa promissora para geração de renda, devido à presença de cachoeiras e trilhas nas proximidades. A mobilização e o engajamento dos jovens locais em um programa voltado para o ecoturismo foram destacados como aspectos importantes. A comunidade também ressaltou a necessidade de assistência jurídica para resolver questões de regularização fundiária. Além disso, foi discutida a realização de uma oficina comunitária para apoiar de forma mais eficaz o planejamento, a organização e a gestão dos conflitos internos.

Brejo Dois Irmãos, Pilão Arcado, Bahia, APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco (25/03/2024)

Brejo Dois Irmãos é uma comunidade tradicional de “Fundo de Pasto,” fundada há cerca de 200 anos, e que hoje abriga aproximadamente 200 famílias.

A reunião ocorreu na escola da comunidade, com a participação de professores, representantes da escola, da associação comunitária local e de membros da comunidade sem vínculos institucionais. A discussão foi bastante objetiva, com diversos temas técnicos levantados e debatidos pelos participantes. A comunidade demonstrou-se organizada, engajada e proativa. Foi a única comunidade a apresentar questões específicas sobre o Projeto, particularmente sobre possíveis restrições a práticas locais, como caça artesanal e coleta de lenha. Foi explicado que essas questões seriam tratadas no processo participativo de elaboração do Plano de Manejo.

A comunidade se dedica à agricultura, pesca, caça de subsistência em pequena escala e, principalmente, à extração e ao processamento do buriti, fruto predominante nessa região alagadiça. Eles contam com uma unidade de processamento de frutas bem estruturada e bem mantida, onde produzem doces, licores,

rapadura e cachaça a partir da cana-de-açúcar. Além disso, estão começando a explorar o potencial da apicultura como uma nova atividade produtiva.

A comunidade demonstrou grande interesse pelas questões ambientais locais, destacando como principal preocupação os incêndios durante a estação seca, provocados principalmente por práticas tradicionais de corte e queima transmitidas entre gerações. Esses incêndios chegam até Xique-Xique e afugentam a fauna local. Onças, por exemplo, tornaram-se muito mais raras, e embora ainda sejam avistados pacas, tatus, cutias e veados, essas espécies também estão ameaçadas. As queimadas têm contribuído para o ressecamento do rio, que agora é intermitente, além de reduzir a produtividade das árvores frutíferas. A comunidade manifestou interesse em capacitações sobre prevenção de incêndios, no desenvolvimento de programas de conscientização, na formação de uma brigada voluntária de combate a incêndios e no apoio técnico para o replantio de árvores frutíferas, como forma de ajudar a regular as temperaturas locais. Eles já tentaram plantar mudas de buriti e estão buscando suporte técnico para o manejo sustentável dessa cultura.

Um dos maiores desafios enfrentados pela comunidade é o acesso. O único caminho para Lagoa do Padre envolve várias horas em estrada de terra e um trecho de areia fofa, acessível apenas por veículos com tração nas quatro rodas. Embora desejem pavimentar a estrada de acesso, estão conscientes dos riscos que o aumento da acessibilidade pode trazer, como os problemas já enfrentados com turistas que descartam lixo e degradam o meio ambiente local. Apesar de estarem incluídos no programa federal Luz para Todos, implementado desde 2005 para garantir o acesso universal à energia elétrica nas áreas rurais, a comunidade ainda não possui eletricidade. Atualmente, dependem de pequenos painéis solares, insuficientes até mesmo para operar um ventilador. O gestor da UC se dispôs a intermediar o diálogo com a COELBA, a concessionária de energia elétrica. Outra questão crítica é a invasão de suas terras por latifundiários. A comunidade possui um CDRU coletivo, mas carece de títulos individuais de propriedade, o que agrava os conflitos fundiários. Também expressaram preocupação com a caça predatória, geralmente praticada por pessoas de fora da comunidade. Por fim, relataram nunca ter tido contato com o Conselho da UC nem recebido informações ou apoio desse órgão.

Entre as prioridades apontadas pela comunidade estão a revitalização do rio local, a limpeza de lagos e riachos, o repovoamento dos estoques pesqueiros e o desenvolvimento da piscicultura.

Brejo da Quixaba e Brejo Bonfim, Barra, Bahia, APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco (25/03/2024)

Essas são duas comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, compostas por 68 famílias e 72 famílias, respectivamente.

As duas comunidades participaram de uma reunião conjunta realizada em Brejo da Quixaba. Ambas se mostraram bem organizadas, com associações de moradores ativas e forte engajamento social e político. A principal atividade econômica das comunidades é a agricultura, com o cultivo de milho, mandioca, cana-de-açúcar e feijão. Além disso, aproveitam materiais naturais da região para produzir artigos artesanais.

Ambas as comunidades têm uma profunda relação de afeto com o rio local, que atravessa as áreas úmidas e tem sido, por gerações, uma fonte de sustento para seus antepassados. Elas demonstram grande preocupação com a qualidade e a preservação do rio, expressando o desejo de mantê-lo e cuidá-lo para as futuras gerações. No entanto, o rio enfrenta desafios significativos. O uso de pesticidas está matando os peixes, e em alguns trechos, o rio tornou-se intermitente devido à seca e à proliferação de uma planta nativa que está bloqueando o fluxo para outras comunidades. Esse bloqueio, possivelmente relacionado às mudanças climáticas e/ou à redução de animais que tradicionalmente se alimentavam dessa planta, tem causado a elevação do nível da água, resultando em inundações de campos e residências nas

proximidades. Além disso, o rio está poluído com lixo, como sacos plásticos e garrafas, e precisa urgentemente de limpeza. Apesar dos esforços das comunidades para limpá-lo, com o apoio de vizinhos, essas ações são prejudicadas pela falta de conscientização ou interesse de outros moradores da região. As comunidades expressaram a necessidade de implementar um sistema mais eficiente e estruturado de prevenção ao descarte irregular de lixo, coleta de resíduos, limpeza e manutenção do rio.

Em Quixaba, há um projeto de educação ambiental e reciclagem voltado para crianças e adolescentes, que incentiva a coleta seletiva e a produção de artesanato, pintura e crochê a partir de materiais reciclados. O projeto tem o duplo objetivo de gerar renda e proteger o meio ambiente local. Para isso, foi construído um espaço dedicado, uma associação foi registrada e 60 jovens da comunidade já participam da iniciativa. No entanto, o projeto ainda necessita de suporte técnico e capacitação adicionais para se desenvolver plenamente.

A comunidade busca apoio do Projeto para fortalecer ações de conscientização, educação ambiental e capacitação de multiplicadores, que poderiam futuramente atuar com comunidades vizinhas nas áreas úmidas, promovendo maior conscientização sobre essas questões e disseminando boas práticas para enfrentá-las.

Santo Inácio, Gentio do Ouro, Bahia, APA Lagoa de Itaparica (26/03/24)

A cidade, também conhecida como Vila Santo Inácio ("A Cidade Perdida do Brasil"), é marcada por uma comunidade bem organizada, que atua principalmente por meio de suas associações de moradores em parceria com atores dos setores público e privado. Um exemplo é a colaboração com a empresa de energia eólica que opera na região, fornecendo apoio à comunidade, mas que também trouxe desafios, como a interrupção de nascentes locais.

A reunião foi realizada na Associação das Mulheres de Santo Inácio e contou com uma participação ativa. A comunidade possui uma estrutura bem planejada para a produção de artesanato, onde realizam oficinas e comercializam seus produtos artesanais. Os participantes demonstraram uma forte conscientização sobre os ricos recursos naturais locais e a importância de preservá-los para as gerações futuras.

Os participantes destacaram que o turismo predatório tem causado sérios danos aos rios, cachoeiras, nascentes e riachos da região. Visitantes de municípios vizinhos, como Xique-Xique e Barra, frequentam as nascentes nos fins de semana, deixando lixo, arrancando plantas e vegetações, e grafitando pinturas rupestres antigas, tudo isso sem qualquer supervisão das autoridades públicas. Foi enfatizada a necessidade de substituir esse turismo destrutivo por um modelo mais controlado e sustentável. A exploração descontrolada de areia local é outra fonte de impactos ambientais graves. Embora exista coleta municipal de lixo, não há destinação final adequada, com resíduos sendo frequentemente queimados ou descartados em lixões irregulares. Além disso, não há um sistema de coleta seletiva. O esgoto bruto da cidade é despejado diretamente no rio que atravessa o município, sem qualquer tratamento ou controle de efluentes, e as autoridades públicas locais continuam inertes diante desse problema. Árvores frutíferas, antes abundantes, têm sido sistematicamente cortadas, contribuindo para a degradação ambiental.

A principal demanda da comunidade foi a criação de um projeto de educação ambiental com foco no ecoturismo, abrangendo a capacitação de guias turísticos que também atuem como agentes ambientais e o desenvolvimento de uma campanha de conscientização voltada para os turistas. A iniciativa começaria com treinamentos ambientais para os moradores locais. Entre as ações relacionadas, destacam-se a implementação de um programa local de coleta seletiva, a instalação de sinalização adequada e a divulgação de informações públicas com orientações e avisos sobre multas para infrações ambientais. A recuperação do rio e de outros corpos d'água da região foi apontada como uma prioridade, assim como

a preservação dos cactos locais, a implementação de um sistema de coleta seletiva de resíduos e a criação de um local apropriado para sua destinação final. Também foram discutidas iniciativas como o replantio de árvores frutíferas, incluindo mangaba, murici e buriti, e o investimento no processamento desses frutos para a produção de doces, licores e outros produtos artesanais, que representam a principal fonte de renda de muitas famílias da região. Além disso, destacou-se a importância de apoiar o cultivo e a desidratação de plantas medicinais para comercialização.

Consultas com gestores das UCs

As discussões com os nove gestores das UCs foram amplas e diversificadas, incluindo reuniões virtuais em grupo, encontros individuais, reuniões presenciais e, em alguns casos, visitas de campo conjuntas. Os debates abordaram uma variedade de temas, como características das áreas do projeto e das populações locais, principais desafios operacionais e expectativas para o futuro. Um panorama geral dessas interações revelou desigualdades significativas entre as diferentes UCs, tanto em relação à disponibilidade de pessoal, suporte material e financiamento, quanto ao nível de treinamento, conhecimento e experiência dos gestores em questões relacionadas às salvaguardas. Essas disparidades precisarão ser levadas em conta durante a implementação do projeto.

5. Plano de Engajamento das Partes Interessadas

O objetivo deste Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) é assegurar o envolvimento contínuo e significativo das principais partes interessadas do projeto em todas as fases de sua implementação, promovendo uma comunicação eficaz e relações de trabalho colaborativas, com foco no objetivo comum de preservar o meio ambiente local. O FUNBIO compromete-se a realizar uma análise prévia detalhada do contexto ambiental e social de cada UC, incluindo uma avaliação aprofundada das partes interessadas, para garantir que as opiniões e contribuições de todas as comunidades e partes afetadas pelo projeto sejam devidamente consideradas e incorporadas à implementação do projeto na maior medida possível.

Consultas planejadas durante a implementação do projeto

Consultas adicionais estão programadas para ocorrer nas 5 UCs ainda não visitadas até 1º de maio de 2024, além de na eventual 10ª UC que será criada assim que identificada. Assim como nas consultas realizadas anteriormente, essas reuniões terão como objetivo informar as comunidades sobre o Projeto e validar o presente Plano, seguindo os princípios do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) com as principais partes interessadas e aquelas diretamente afetadas pelo projeto.

Consultas adicionais ocorrerão somente após o FUNBIO estabelecer o Mecanismo de Gestão de Denúncias e Reclamações (GRM, a sigla em inglês) específico para o projeto e designar um responsável para sua gestão (previsto para os primeiros 3 meses de implementação do projeto, conforme detalhado na Seção 7 deste Plano). Para essas consultas, WWF-US e FUNBIO, após a aprovação do projeto, desenvolverão um plano de validação e atualizarão todos os documentos do projeto com base nos resultados obtidos. Esse plano de validação seguirá os princípios do CLPI, conforme definidos na Política sobre Povos Indígenas do WWF-US (Anexo 7.5⁷), incluindo:

⁷ [Política do WWF sobre Povos Indígenas, Anexo 7.5](#)

1. Identificar potenciais riscos para os PIPCTAF, com particular atenção aos efeitos do Projeto sobre bens de patrimônio cultural imaterial, incluindo interrupções relacionadas ao Projeto no uso consuetudinário de terras e recursos;
2. Disseminar todas as informações disponíveis sobre os GRMs;
3. Garantir a transmissão digital e impressa dos documentos relevantes de salvaguardas do Projeto (conforme os Padrões do WWF para Consulta Pública e Divulgação⁸), incluindo, mas não se limitando a:
 - a. Planos e Marcos de Gestão Ambiental e Social; e
 - b. O PEPI.

Durante o restante da implementação do projeto, as equipes de gestão das UCs deverão manter um processo contínuo e em múltiplos níveis de consulta e engajamento com as comunidades, tanto dentro das UCs quanto em suas zonas de amortecimento, que tenham sido identificadas como afetadas pelas atividades apoiadas pelo projeto. Esse processo deverá seguir os mecanismos e procedimentos descritos neste Plano, garantindo que essas comunidades estejam envolvidas de maneira satisfatória e significativa no processo de gestão das UCs. Além desse processo contínuo, serão necessários níveis adicionais de consulta comunitária com base nos seguintes quatro critérios:

1. Durante a preparação ou revisão participativa dos Planos de Manejo das UCs e no desenvolvimento de atividades conduzidas pelas comunidades;
2. Quando o desenvolvimento de um Plano de Manejo de UC envolver riscos ou impactos sociais, econômicos ou de outra natureza para uma ou mais comunidades locais (nenhum plano poderá ser aprovado antes que sua versão preliminar seja consultada com as comunidades afetadas, garantindo que sejam devidamente informadas, se engajem de forma significativa e possam influenciar seu conteúdo);
3. Quando uma nova UC for criada ou uma UC existente for ampliada (neste caso, todas as comunidades que passem a ser incluídas na UC devem ser consultadas); e
4. No caso de grupos Quilombolas e outros PIPCTAF, que devem receber uma atenção especial adicional (conforme previsto neste Plano e nas Diretrizes de Gestão Ambiental e Social e Diretrizes de Processos).

No início do Projeto, as UCs que já estiverem envolvidas no desenvolvimento de Planos de Manejo serão priorizadas para consulta. As demais UCs terão suas partes interessadas consultadas assim que os respectivos processos de planejamento participativo de manejo forem iniciados.

Após a validação dos conceitos e documentos relacionados ao Projeto, e durante a preparação ou revisão participativa dos Planos de Manejo, as Unidades Executoras conduzirão uma análise das partes interessadas nas áreas selecionadas do Projeto. O objetivo será identificar e registrar as informações no modelo de tabela especificado (ver Apêndice 1):

- Partes interessadas que provavelmente serão afetadas (positivamente ou negativamente) ou que tenham interesse no Projeto,
- Interesse das partes interessadas nas atividades do Projeto (seja em apoio, oposição potencial ou em tópicos específicos de interesse),
- Impactos do Projeto sobre as partes interessadas,
- Influência relativa das partes interessadas,

⁸ Padrão do WWF para Consulta Pública e Divulgação

- Quando relevante, requisitos para aplicar o princípio do CLPI no engajamento e no desenvolvimento de um Plano para Povos Indígenas (conforme descrito no texto explicativo abaixo),
- Necessidades específicas para garantir o engajamento de todos os grupos relevantes e que suas opiniões sejam representadas, incluindo homens, mulheres, idosos, jovens e grupos marginalizados (de acordo com a [Política de Integração de Gênero](#) do FUNBIO, em que são identificados riscos de desigualdade de gênero e lacunas de oportunidade; o plano associado deve abordar essas lacunas),
- Medidas preferenciais de engajamento e estratégias para superar possíveis limitações à participação das partes interessadas (como a eficácia do uso de comunicação eletrônica em comparação a outros meios, acesso a transporte para participar presencialmente de reuniões, etc.).

As Diretrizes de Processo do Projeto estabelecem requisitos específicos para consultas e acordos com titulares de direitos sempre que o uso ou acesso a recursos for impactado, incluindo a definição de limites territoriais. Essas medidas incluirão mecanismos de mediação e resolução de disputas, que serão integrados ao plano específico de engajamento de partes interessadas para cada área relevante.

Quadro 1. Lista de verificação para avaliar se uma atividade pode exigir um processo de CLPI

A atividade envolverá o uso, apropriação ou dano ao patrimônio cultural, intelectual, religioso ou espiritual dos Povos Indígenas (PIs)?

A atividade implementará medidas legislativas ou administrativas que afetem os direitos, terras, territórios ou recursos dos PIs (por exemplo, exploração de minerais, água ou outros recursos; reforma agrária; mudanças legais que possam discriminar os PIs de forma explícita ou implícita)?

A atividade incluirá a extração de recursos naturais, como madeira, mineração ou desenvolvimento agrícola, em terras ou territórios dos PIs?

A atividade afetará o status dos direitos dos PIs sobre suas terras, territórios, recursos hídricos, meios de subsistência ou recursos naturais?

A atividade acessará o conhecimento tradicional, inovações ou práticas das comunidades indígenas e locais?

A atividade terá impacto nas instituições ou práticas políticas, legais, econômicas, sociais ou culturais dos PIs?

A atividade utilizará comercialmente recursos naturais ou culturais em terras sob propriedade tradicional ou uso consuetudinário dos PIs?

A atividade envolverá decisões relacionadas à repartição de benefícios derivados das terras, territórios ou recursos dos PIs (por exemplo, manejo de recursos naturais ou indústrias extractivas)?

A atividade impactará a continuidade da relação dos PIs com suas terras ou sua cultura?

A atividade ou intervenção restringirá o acesso a produtos florestais não madeireiros, madeira, terras ou outras fontes de subsistência e recursos comunitários?

Em princípio, todas as informações relacionadas ao Projeto serão divulgadas no site <http://www.funbio.org.br/>, com exceções previstas na [Política de Disseminação de Informação](#) do FUNBIO. Informações que não estejam disponíveis online poderão ser fornecidas pelo FUNBIO mediante solicitação.

Com base na análise das partes interessadas, a Unidade de Gestão do Projeto (UGP), liderada pelo Especialista em Salvaguardas, desenvolverá um Plano de Engajamento de Partes Interessadas específico para cada área ou atividade. Esses planos levarão em consideração as necessidades das partes interessadas identificadas, alocando tempo e orçamento suficientes para garantir um engajamento significativo. A tabela abaixo apresenta exemplos de tipos de organizações que podem ser contempladas nesses planos.

Tabela 1: Visão geral das partes interessadas.

| Tipo de Parte Interessada | Nome | Engajamento ao longo da implementação do projeto |
|--------------------------------------|--------------------|--|
| Governo Federal e Estadual do Brasil | MMA; ICMBio; IBAMA | A Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio) do MMA liderará a cooperação institucional e técnica durante a implementação do Projeto e será representada no Comitê Operacional do Projeto (COP) e no Conselho Consultivo do Projeto (CCP), que incluirão uma gama mais ampla de partes interessadas. Reuniões regulares entre o COP e a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) serão realizadas para supervisionar a implementação do Projeto. O ICMBio também participará das reuniões do COP e será frequentemente envolvido pelo FUNBIO por meio de consultas e reuniões participativas, considerando seu papel no apoio à implementação de todos os componentes do Projeto nas UCs em nível federal. O FUNBIO também realizará visitas de campo em parceria com o ICMBio para identificar soluções de melhoria na gestão das UCs relevantes, uma vez formalmente estabelecidas. Como agência federal responsável pela aplicação das leis e políticas ambientais, o IBAMA será ocasionalmente representado no CCP e convidado a participar de visitas de campo para apoiar a implementação do Componente 2, em particular. |
| | SEMAS/CPRH (PE) | A SEMAS e a CPRH auxiliarão na implementação de todos os componentes do Projeto nas UCs em nível estadual em Pernambuco. Ambas as instituições serão representadas no CCP e convidadas a participar de visitas de campo e consultas com as comunidades afetadas pelo projeto. No entanto, a CPRH será priorizada como parceira de implementação, enquanto a SEMAS terá um papel de orientação quanto à conformidade regulatória. O FUNBIO realizará reuniões regulares com ambas as instituições para supervisionar a implementação de todos os componentes do Projeto conforme necessário. Além disso, o FUNBIO se engajará com ambas durante visitas de campo para identificar soluções de melhoria na gestão das UCs relevantes, uma vez formalmente estabelecidas. |
| | SEMA/INEMA (BA) | A SEMA e o INEMA auxiliarão na implementação de todos os componentes do Projeto nas UCs estaduais da Bahia. Ambas as instituições serão representadas no CCP e convidadas a participar de visitas de campo e consultas com as comunidades afetadas pelo projeto. No entanto, o INEMA será priorizado como parceiro de implementação, enquanto o engajamento com a SEMA terá foco em garantir a conformidade regulatória. O FUNBIO realizará reuniões regulares com ambas as instituições para supervisionar a |

| Tipo de Parte Interessada | Nome | Engajamento ao longo da implementação do projeto |
|----------------------------------|---|---|
| | | <p>implementação de todos os componentes do Projeto, conforme necessário. Além disso, o FUNBIO se engajará com ambas durante visitas de campo para identificar soluções de melhoria na gestão das UCs relevantes, uma vez formalmente estabelecidas.</p> |
| PIPCTAF nas UCs do Projeto | O Projeto engajará comunidades distribuídas pelas 9 UCs identificadas, com interesse socioeconômico e cultural no manejo sustentável do bioma Caatinga. | <p>As comunidades serão consultadas de acordo com os princípios do CLPI durante a fase inicial do projeto, com o objetivo de validar as atividades propostas. Ajustes serão realizados com base nessas consultas para garantir consenso e apoio. Além disso, será assegurada a representação de PIPCTAF no CCP, a fim de garantir um engajamento consistente ao longo de toda a implementação. Os detalhes do processo de CLPI serão acordados com as comunidades conforme delineado em um Plano para Povos Indígenas específico.</p> <p>As comunidades serão consultadas e engajadas em todos os componentes do projeto após a definição consensual dos resultados esperados:</p> <p><u>Componente 1:</u> O ICMBio, a CPRH e o INEMA, com o apoio do FUNBIO conforme necessário, irão engajar as comunidades para co-desenvolver avaliações socioeconômicas e de regularização fundiária participativas, além de levantamentos de biodiversidade.</p> <p><u>Componente 2:</u> O ICMBio, a CPRH e o INEMA, com o apoio do FUNBIO conforme necessário, irão engajar as comunidades por meio de consultas e campanhas de educação ambiental para assegurar a adesão à implementação dos Planos Nacionais de Ação para a Proteção de Espécies Ameaçadas.</p> <p><u>Componente 3:</u> O FUNBIO e o MMA, assim como o ICMBio, a CPRH e o INEMA, conforme necessário, irão engajar as comunidades por meio de oficinas, consultas e outros canais para oferecer assistência técnica no desenvolvimento de propostas de subvenções destinadas a planos comunitários de conservação das UCs e de meios de subsistência.</p> <p><u>Componente 4:</u> O MMA e o FUNBIO irão convidar as comunidades para oficinas de avaliação do projeto, identificando lições aprendidas relacionadas ao desenho, à implementação e ao desempenho na gestão de riscos socioambientais pela agência executora e pelas partes implementadoras.</p> <p>O CLPI será aplicado conforme os planos de salvaguardas, e todas as atividades estarão alinhadas à Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, à Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Educação Ambiental, e ao Decreto nº 5.758, que estabelece o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.</p> <p>Será implementado um mecanismo robusto e específico de denúncias e reclamações para o projeto, garantindo a resolução adequada de preocupações e disputas.</p> |

| Tipo de Parte Interessada | Nome | Engajamento ao longo da implementação do projeto |
|---|---|--|
| Organizações de Base Comunitária (OBCs) | AQCC Central da Caatinga | As principais Organizações de Base Comunitária (OBCs), como a AQCC e a Central da Caatinga, serão convidadas a participar de visitas de campo participativas e consultas periódicas relacionadas à implementação dos Componentes 1, 2 e 3. Especificamente, o ICMBio, a CPRH e o INEMA, em conjunto com o MMA e o FUNBIO, realizarão oficinas com as principais OBCs para: Elaborar campanhas de comunicação e educação ambiental que sejam significativas para as comunidades afetadas pelo projeto; Identificar e desenvolver propostas de subvenções comunitárias lideradas pelas próprias comunidades; e Participar das atividades de gestão do conhecimento e avaliação do Projeto relacionadas ao Componente 4. |
| ONGs | Associação Caatinga ISPN CAATINGA | As principais ONGs serão convidadas a oferecer contribuições e suporte para diversos componentes do Projeto, incluindo as atividades de gestão do conhecimento e o Componente 4, além de integrarem o CCP. Especificamente: ONGs que apoiam a criação e o monitoramento de UCs serão convidadas a participar de visitas de campo e oficinas relacionadas à criação de UCs e às potenciais atividades de melhoria da gestão em parceria com PIPCTAF (Componentes 1 e 3); ONGs que promovem programas de subsistência entre comunidades da Caatinga serão convidadas a participar de oficinas e visitas de campo vinculadas ao Componente 3, com foco na elaboração de programas comunitários de sustentabilidade e geração de meios de subsistência liderados pelas próprias comunidades. |
| Academia | INSA | O FUNBIO convidará partes interessadas acadêmicas relevantes para participar de visitas de campo e reuniões regulares, com o objetivo de apoiar as atividades do Componente 1. Além disso, o FUNBIO incluirá essas partes interessadas nas reuniões do CCP quando for necessária a contribuição de especialistas. |

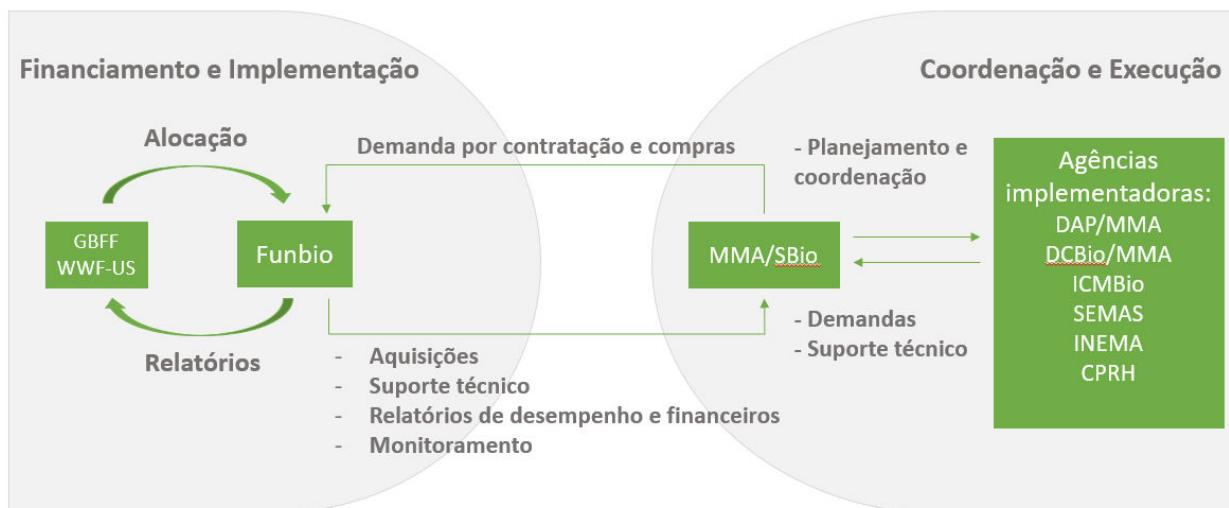
6. Recursos e Responsabilidades

A Agência de Projetos GEF do WWF é responsável pela supervisão geral do Projeto, enquanto o FUNBIO assume a responsabilidade pela execução do Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) e pela conformidade com o Padrão do WWF para Engajamento de Partes Interessadas. Cabe ao WWF e ao FUNBIO garantir que recursos financeiros e operacionais adequados sejam destinados às atividades de engajamento de partes interessadas, conforme estabelecido neste documento, com ajustes realizados durante o período de validação ou nas revisões regulares dos procedimentos. A execução diária das avaliações, planos e atividades será realizada pelas Unidades Executoras, que devem assegurar o treinamento apropriado e a disponibilidade de equipe capacitada para promover um engajamento significativo e eficaz.

O FUNBIO será responsável pela execução do projeto por meio de uma Unidade de Gestão do Projeto (UGP), a ser criada dentro de sua estrutura organizacional, alocando os recursos humanos e técnicos necessários para sua implementação. A estrutura incluirá um responsável por salvaguardas, com autoridade para contratar especialistas temáticos que assegurem o cumprimento das normas

relacionadas a populações vulneráveis, incluindo PIPCTAF, mulheres e outros grupos. Esse profissional será também responsável por garantir uma comunicação constante entre as partes interessadas do Projeto, conforme estabelecido neste Plano, apoiando a implementação e o monitoramento do Projeto como um todo, bem como das subvenções e atividades subordinadas.

Figura 3: Arranjos Institucionais do Projeto.



7. Mecanismo de Gestão de Denúncias e reclamações

O Mecanismo de Gestão de Denúncias e reclamações (GRM) foi desenvolvido para receber queixas de mulheres e homens afetados, bem como preocupações públicas relacionadas ao desempenho ambiental e social do projeto. Seu principal objetivo é oferecer às pessoas que enfrentam ou temem impactos adversos a oportunidade de serem ouvidas e assistidas. O mecanismo visa tratar das preocupações das comunidades envolvidas em projetos específicos, identificar as causas dos conflitos e propor soluções para a resolução das denúncias e reclamações. Assim, constitui uma ferramenta indispensável para promover a cooperação com as partes interessadas e assegurar a entrega adequada dos resultados previamente acordados.

- Esse mecanismo foi desenvolvido para:
- Tratar possíveis violações das políticas e procedimentos do WWF;
- Assegurar independência, transparência e eficácia;
- Ser acessível às pessoas impactadas pelo projeto;
- Manter os reclamantes informados sobre o progresso dos casos apresentados; e
- Registrar e acompanhar todos os casos e questões submetidos para análise.

O FUNBIO será responsável por informar as partes afetadas pelo projeto sobre os mecanismos de reclamação disponíveis, incluindo os canais para a Agência GEF do WWF e o Secretariado do GEF. O FUNBIO aplicará o Mecanismo de Gestão de Denúncias e reclamações existente, conforme estabelecido no Anexo 3, com possíveis atualizações previstas para a revisão de 2026. De acordo com a política do GEF, projetos de Categoria B devem incluir um Mecanismo de Gestão de Denúncias e reclamações (GRM) específico para o projeto. Nos primeiros seis meses de implementação do projeto, e antes da consulta às UCs remanescentes para validação do projeto, o FUNBIO deverá: Desenvolver um processo de GRM

específico para o projeto; e Designar um Oficial de Denúncias e reclamações para gerenciar esse GRM. Esse GRM contará com mecanismos específicos para mitigar barreiras de acessibilidade enfrentadas pelas partes interessadas, como a falta de acesso à Internet em comunidades afetadas pelo projeto. A supervisão será realizada pelo oficial de salvaguardas descrito na Seção 6 deste Plano.

O Mecanismo do FUNBIO conta com [quatro canais distintos](#) para tratar denúncias e reclamações relacionadas a salvaguardas, questões éticas, desafios de aquisição e um advogado independente. As questões recebidas serão confirmadas em até 10 dias, e, quando aplicável, será iniciado um processo de verificação. Os procedimentos seguem os princípios de não retaliação contra possíveis reclamantes, garantindo a confidencialidade e o anonimato ao restringir o acesso às informações dos casos ao Oficial de Denúncias e reclamações e aos membros do Comitê de Ética. Durante o período inicial do projeto, como parte do planejamento do engajamento das partes interessadas, o FUNBIO analisará a possibilidade de estabelecer canais adicionais nas áreas do projeto por meio das Unidades Executoras, garantindo que esses canais atendam as regras de notificação ao FUNBIO.

GRM da Agência GEF do WWF

As comunidades afetadas pelo projeto e outras partes interessadas poderão apresentar denúncias e reclamações diretamente à Agência GEF do WWF a qualquer momento, inclusive ao apelar de casos gerenciados pelo FUNBIO ou em situações de denúncias e reclamações relacionadas à ética ou à conduta do FUNBIO de forma mais ampla. As informações de contato da Agência GEF do WWF serão disponibilizadas publicamente.

Uma denúncia ou reclamação pode ser apresentada ao Oficial de Denúncias e reclamações do Projeto (ORP), um membro da equipe do WWF totalmente independente da Agência GEF do WWF, responsável pelo Mecanismo de Responsabilização e Gestão de Reclamações do WWF. O Oficial pode ser contatado através dos seguintes meios:

- E-mail: SafeguardsComplaint@wwfus.org
- Endereço postal:
- Oficial de Denúncias e reclamações do Projeto
- Denúncias e reclamações sobre Salvaguardas
- World Wildlife Fund
- 1250 24th Street NW
- Washington, DC 20037

As denúncias e reclamações podem ser apresentadas na língua nativa da Parte Afetada e devem incluir as seguintes informações:

- Nome e informações de contato do reclamante;
- Se não for apresentada diretamente pelo reclamante, comprovação de que os representantes das pessoas afetadas têm autoridade para fazê-lo;
- O projeto ou programa específico em questão;
- O dano que está ou pode estar sendo causado pelo projeto;
- A política ou disposição relevante de Salvaguardas Ambientais e Sociais (se conhecida);
- Quaisquer outras informações ou documentos relevantes;
- As medidas já tomadas até o momento para resolver o problema, incluindo contato com o WWF;
- Soluções propostas; e
- Se é solicitado sigilo (incluindo a justificativa).

O ORP responderá no prazo de 10 dias úteis após o recebimento, e as denúncias e reclamações serão registradas e incluídas no monitoramento do projeto.

As partes interessadas também podem apresentar uma reclamação anônima online ou por telefone por meio de uma plataforma independente de terceiros:

- <https://report.whistleb.com/en/wwf>.

GRM do Secretariado do GEF

Comunidades afetadas pelo projeto e demais partes interessadas podem apresentar denúncias e reclamações, em qualquer idioma, ao Comissário de Resolução de Conflitos (CRM) do Secretariado do GEF. As denúncias e reclamações devem ser feitas por escrito, detalhando a natureza dos danos e riscos alegados, além de identificar os projetos financiados pelo GEF, parceiros e outras partes interessadas relevantes. O CRM garante o respeito a todas as solicitações de confidencialidade ou anonimato feitas pelas partes interessadas.

As denúncias e reclamações podem ser apresentadas pelos seguintes canais:

- Sr. Peter Lallas
- Comissário de Resolução de Conflitos do GEF
- E-mail: plallas@thegef.org
- Endereço Postal:
- Global Environment Facility
- The World Bank Group, MSN N8-800
- 1818 H Street, NW
- Washington, DC 20433-002

O GRM descrito neste Plano deve ser amplamente divulgado, incluindo todos os canais de acesso disponíveis para as partes interessadas, em cada engajamento ou consulta com as partes interessadas durante toda a implementação do Projeto. Essa divulgação pode assumir diferentes formas, dependendo do público envolvido, incluindo, mas não se limitando a apresentações visuais, anúncios em comunidades afetadas pelo projeto e comunicados verbais.

8. Monitoramento e Relato

O progresso do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) será monitorado e reportado pelo FUNBIO ao longo de toda a implementação do projeto. As atividades de monitoramento e relato relacionadas ao engajamento das partes interessadas incluem:

- Revisão periódica e atualização do PEPI, conforme necessário, durante um Workshop Anual de Reflexão. Essa revisão garantirá que a lista de partes interessadas e os métodos de engajamento permaneçam adequados e alinhados aos objetivos do projeto.
- Documentação e reporte das atividades de engajamento das partes interessadas pelo FUNBIO a cada 6 meses, por meio de um Relatório de Desempenho do Projeto, como parte dos relatórios regulares. O Quadro de Resultados do Projeto e o Plano de Trabalho e Orçamento Anual rastrearão os beneficiários do projeto e as atividades relacionadas ao PEPI.

- Monitoramento das atividades de engajamento das partes interessadas e do progresso alcançado por meio de indicadores específicos:
 - Indicador Central 11 do GEF: Número de beneficiários diretos, desagregados por gênero, como co-benefício do investimento do GEF.
 - Indicador PEPI 1: Número de agências governamentais, organizações da sociedade civil, empresas do setor privado, povos indígenas e outros grupos de partes interessadas envolvidos na implementação do projeto, anualmente.
 - Indicador PEPI 2: Número de pessoas (desagregadas por gênero) envolvidas na implementação do projeto, anualmente.
 - Indicador PEPI 3: Número de interações (como reuniões, workshops e consultas) realizadas com partes interessadas durante a implementação do projeto, anualmente.

O engajamento das partes interessadas será avaliado por **consultores independentes** contratados para as avaliações de meio termo e final do projeto.

A **Agência GEF do WWF** realizará missões anuais de supervisão para assegurar a conformidade e reportará o progresso em relação ao Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) anualmente ao GEF, por meio dos Relatórios de Implementação do Projeto.

9. Apêndice 1: Modelo de Análise de Partes Interessadas

Tabela 2: Modelo de Análise de Partes Interessadas.

| Tipo de Parte Interessada | Nome da Parte Interessada | Interesse/Envolvimento no Projeto | Efeito do Projeto sobre as Partes Interessadas / Influência das Partes Interessadas no Projeto |
|----------------------------------|----------------------------------|--|---|
| Governo de | | | |
| | | | |
| | | | |
| Comunidades e Povos Indígenas | | | |
| | | | |
| | | | |
| Organizações de Base Comunitária | | | |
| | | | |
| | | | |
| ONGs | | | |
| | | | |
| | | | |
| Setor Privado | | | |
| | | | |
| | | | |
| Multilaterais GEF | | | |
| | | | |

10. Apêndice 2: Documentação Sistemática das Consultas com Partes Interessadas

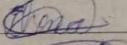
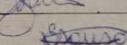
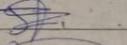
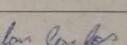
Tabela 3: Documentação Sistemática das Consultas com Partes Interessadas.

| Data | Descrição da Consulta | Local | Objetivo da Consulta | Resumo do Resultado da Reunião | Participantes |
|------------|-----------------------|--|--|--|---|
| 21/03/2024 | Entrevista | Colégio Estadual Quilombola Luís José dos Santos, Lage dos Negros, município de Campo Formoso, Bahia, APA Boqueirão da Onça. | Apresentação das atividades, procedimentos e resultados pretendidos do projeto; avaliação de necessidades, impactos e riscos potenciais para as comunidades afetadas pelo projeto. | Lage dos Negros é uma comunidade quilombola reconhecida, composta por 2.150 famílias, localizada aos pés de uma montanha. Parte de suas terras é propriedade da Associação de Mulheres Quilombolas local e foi reconhecida como Patrimônio Cultural. Durante consulta com a líder comunitária, Dona Hilda, foram reveladas questões importantes, incluindo ameaças decorrentes da expansão imobiliária sobre o Patrimônio Cultural e a destruição ambiental. Dona Hilda tem enfrentado pressões e ameaças por defender os interesses da comunidade contra pressões imobiliárias e políticas. O patrimônio cultural da comunidade está em risco, pois não há um local seguro para armazenar documentos e artefatos históricos. Dona Hilda sugeriu algumas atividades potenciais a serem apoiadas pelo projeto, incluindo a criação de um Arquivo Comunitário sobre o Patrimônio Cultural, apoio à preservação ambiental, capacitação em atividades geradoras de renda e promoção do turismo cultural. | Equipes de consulta da WWF-US e FUNBIO; Dona Hilda |
| 23/03/2024 | Consulta pública | Assentamento Nova Canaã, Remanso (BA) APA Lago do Sobradinho | | O Assentamento Nova Canaã, localizado em Remanso, Bahia, foi fundado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e é composto por 86 famílias bem organizadas, que se dedicam à agricultura e outras atividades, como pesca, apicultura, e produção de queijos cremosos, doces e licores. A comunidade demonstra forte consciência ambiental e expressa o desejo de implementar um projeto de irrigação para expandir a agricultura além do nível de subsistência. Eles apresentaram propostas para assistência técnica, especialmente voltadas para as mulheres, mas enfrentam dificuldades para obter financiamento. Entre os desafios enfrentados estão invasões de terras, desmatamento, conflitos relacionados à especulação fundiária, acesso à água, exploração madeireira, caça e migração de jovens em busca de oportunidades em outros lugares. | Equipe de Consulta da WWF-US e FUNBIO; INEMA; Unidade Ambiental da Prefeitura de Remanso; Pastor Evangélico; Associação Burití; |

| Data | Descrição da Consulta | Local | Objetivo da Consulta | Resumo do Resultado da Reunião | Participantes |
|------------|-----------------------|---|----------------------|---|--|
| | | | | Questões internas, como conflitos dentro da comunidade e problemas de posse da terra, incluindo a necessidade de regularização fundiária e o ceticismo em relação às visitas ineficazes do INCRA, são preocupações significativas. A comunidade identifica potencial no ecoturismo, com destaque para as cachoeiras e trilhas locais, e ressalta a necessidade de assessoria jurídica para regularização fundiária, além de um espaço comunitário para aprimorar a gestão de conflitos internos. | Moradores da Comunidade |
| 25/03/2024 | Consulta pública | Escola Municipal Dois Irmãos, Brejo Dois Irmãos, Pilão Arcado (Bahia), APA Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco | | Brejo Dois Irmãos é uma comunidade tradicional de "Fundo de Pasto" com cerca de 200 famílias, existente há 200 anos. A comunidade, que se dedica à agricultura, pesca, caça de pequena escala e ao processamento do fruto do buriti, é organizada e preocupada com questões ambientais. Suas principais preocupações incluem queimadas na estação seca, realizadas por atores locais, que ameaçam a fauna, secam o rio e reduzem a produção de frutos. A comunidade busca treinamento em prevenção de incêndios, a formação de uma brigada voluntária e suporte técnico para práticas agrícolas sustentáveis e o replantio de árvores frutíferas. Os desafios incluem o difícil acesso à comunidade. Embora desejem pavimentar a estrada de acesso, há receios de que isso leve a um aumento do turismo e a danos ambientais. Apesar de estarem incluídos no programa "Luz para Todos," ainda não possuem eletricidade e utilizam células solares insuficientes para suas necessidades. A comunidade enfrenta problemas de invasão de terras por latifundiários, não possui títulos de propriedade privada e não teve contato com o Conselho da UC. Suas prioridades incluem revitalizar o rio local, limpar lagos e córregos, repovoar os estoques de peixes e desenvolver projetos de piscicultura. | Equipe de Consulta da WWF-US e FUNBIO; INEMA; Associação Burití; Associação de Quixaba |
| 25/03/2024 | Consulta pública | Brejo da Quixaba e Brejo Bonfim, Barra (Bahia), APA Dunas e Veredas Do Baixo Médio São Francisco | | Brejo da Quixaba e Brejo Bonfim são comunidades tradicionais de "Fundo de Pasto" com 68 e 72 famílias, respectivamente, envolvidas em agricultura e produção de artesanato. Ambas as comunidades, que possuem associações de moradores e são ativas social e politicamente, realizaram uma reunião conjunta para discutir a preservação do rio local. Os desafios incluem o uso de pesticidas que afetam as populações de peixes, a intermitência do rio, bloqueios causados por plantas nativas que provocam enchentes e a poluição por lixo. Esforços para limpar o rio são prejudicados pela falta de conscientização da comunidade | Equipe de Consulta da WWF-US e FUNBIO; INEMA; ABDIPA; Associação de Quixaba |

| Data | Descrição da Consulta | Local | Objetivo da Consulta | Resumo do Resultado da Reunião | Participantes |
|------------|-----------------------|--|----------------------|--|--|
| | | | | e pelo desinteresse de outros atores. Quixaba abriga um projeto de educação ambiental e reciclagem voltado para jovens, com foco em coleta seletiva e artesanato a partir de materiais recuperados, necessitando de suporte técnico e treinamento. As comunidades buscam apoio do Projeto para ações de conscientização, educação ambiental e capacitação de replicadores para promover boas práticas nas comunidades vizinhas. | |
| 26/03/2024 | Consulta pública | Associação de Mulheres Local, Santo Inácio, Gentio do Ouro (Bahia), APA Lagoa de Itaparica | | Santo Inácio, conhecido como "A Cidade Perdida do Brasil," discutiu sua organização comunitária e colaborações, incluindo parcerias com uma empresa de energia eólica. A comunidade expressou preocupações sobre o turismo predatório, que tem causado danos aos rios, cachoeiras e pinturas rupestres antigas, destacando a necessidade de um turismo controlado. Entre os desafios estão a exploração descontrolada de areia, o descarte inadequado de lixo e o despejo de esgoto bruto, resultando em degradação ambiental e corte de árvores frutíferas. A comunidade busca implementar um projeto de educação ambiental com foco no ecoturismo, treinamento de guias turísticos como agentes ambientais e campanhas de conscientização para turistas. Outras necessidades incluem o desenvolvimento de uma coleta seletiva de resíduos local, sinalização e informações sobre leis ambientais, recuperação de rios e corpos d'água, preservação de cactos e replantio de árvores frutíferas para a produção de produtos artesanais. | Equipe de Consulta da WWF-US e FUNBIO; INEMA; Educadores de Santo Inácio; Equipe da Prefeitura Municipal |

10.1. Apêndice 2.1: Listas de Presença da Consulta no Assentamento Nova Canaã, 23/03/2024

| | | LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA APA LAGO DE SOBRADINHO | | Projeto das Serras - Unas e Veados | |
|--|--|--|-----------------|---|---|
| inema INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS | | | 24/03/2024 |  | |
| <p>Projeto ARCA, com o MMA e a executor o FUNBIO, o projeto tem previsão de recurso de US\$ 5 milhões (25 milhões de reais), com objetivo de Melhorar a Conservação da Caatinga, por meio da expansão da efetividade de gestão do Sistema Nacional de Conservação (SNUC) e do engajamento de populações tradicionais e comunidades locais (PT&CL), aumentando a resiliência da biodiversidade e melhorando os meios de subsistência. O componente de trabalho é o de melhoria da Efetividade de Gestão em UCs.</p> | | | | | |
| DATA: 23 à 27 | LOCAL: Remanso, Pilão Arcado, Barra e Xique-Xique | | | | |
| HORÁRIO: | CONVIDADOS | | | | |
| Nº | INSTITUIÇÃO | NOME | TELEFONE | E-MAIL | ASSINATURA |
| 1 | ABDIPA | Person Luis Serra | (71) 99308375 | |  |
| 2 | ABDIPA | Carcela R. Rosimiro | (71) 99105973 | CARCELAR.ROSIMIRO@GMAIL.COM |  |
| 3 | FUNBIO | Ana Vilma Guimarães | (71) 991264159 | ana.vilma.guimaraes@funbio.mcti.gov.br |  |
| 4 | ABDIPA | Eliane das VS Ribeiro | (71) 999838037 | eliane.das.silvareibeiro@gmail.com |  |
| 5 | ABDIPA | Sidney P. de Serrano | | |  |
| 6 | ABDIPA | Tiago R. Alves | (71) 9999710253 | alvadtiago@gmail.com |  |
| 7 | ABDIPA | Rose L. Ribeiro & Souza | (71) 999180225 | |  |
| 8 | ABDIPA | E. J. G. C. P. de Souza | (71) 9999334098 | | |
| 9 | SASOP | Alan Carlos de Souza | (71) 997365558 | alan.carlos.9910@gmail.com |  |
| 10 | ABDIPA | Edison P. Nobre | (71) 99911950 | | |

LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO PRAIA
23 à 27 de março de 2014 - Gentil do Ouro - BA - 26/03/2014

| Nome | Comunidade / Organização |
|-----------------------------------|--|
| 1- Cândida Beatriz de Oliveira | INEMA |
| 2- Romeu Gomes Alves | INEMA |
| 3- Peter Cohen | FUNBIO |
| 4- Helenita Soutane Bessa | Prof. - STº Inácio. |
| 5- Elácia Santana dos Santos | Pedagoga - STº Inácio |
| 6- Jaison de Souza Gomes | Funcionário Público Municipia Santo Inácio P.C.S. |
| 7- Maria L. Moreira Farias | Santo Inácio / Professora |
| 8- Paula Kézia R. Gomes | Santo Inácio / Professora |
| 9- Deuselice Maria de Souza Gomes | |
| 10- Vilma P. Leite de Almeida | |
| 11- Odemar Gomes dos Santos | Santo Inácio (aux. Técnico) |
| 12- Edzi Alves Falcão | Santo Inácio / Presidente da associação) |
| 13- | FUNBIO |
| 14- Ana Umarim Guimarães | |
| 15- | |
| 16- | |
| 17- | |
| 18- | |
| 19- | |
| 20- | |
| 21- | |
| 22- | |
| 23- | |
| 24- | |
| 25- | |

| inema INSTITUTO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HUMANOS | LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA APA LAGO DE SOBRADINHO | | | | |
|---|--|--------------------------------------|--------------|--------|------------|
| | 25/03/2024  | | | | |
| Projeto ARCA, com o MMA e a executor o FUNBIO, o projeto tem previsão de recurso de US\$ 5 milhões (25 milhões de reais), com objetivo de Melhorar a Conservação da Caatinga, por meio da expansão da efetividade de gestão do Sistema Nacional de Conservação (SNUC) e do engajamento de populações tradicionais e comunidades locais (PT&CL), aumentando a resiliência da biodiversidade e melhorando os meios de subsistência. O componente de trabalho é o de melhoria da Efetividade de Gestão em UCs. | | | | | |
| DATA: 23 à 27 HORÁRIO: | LOCAL: Remanso, Pilão Arcado, Barra e Xique-Xique | | | | |
| CONVIDADOS | | | | | |
| Nº | INSTITUIÇÃO | NOME | TELEFONE | E-MAIL | ASSINATURA |
| 1 | Aceitamento Canaã | Anamaria R. dos S. 74 998157077 | | | |
| 2 | Institucional Quixerá | Ronaldo Rodrigues Souza 74 999496345 | | | |
| 3 | Institucional Quixerá | Luciano Souza Noronha 74 991060714 | | | |
| 4 | Institucional Quixerá | Carola Souza Soárez 74 991060714 | | | |
| 5 | Institucional Quixerá | Elizângela Neres Souza 74 99109601 | | | |
| 6 | Institucional Quixerá | Gilmar C. de Souza 62 996729156 | | | |
| 7 | Institucional Quixerá | Genélio | 74 999362894 | | |
| 8 | Institucional Quixerá | Gildenei M. Dutra | 74 999878142 | | |
| 9 | Institucional Quixerá | Maria Mary | 74 999491878 | | |
| 10 | Institucional Quixerá | Gonçalves, Café | | | |

| inema INSTITUTO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HUMANOS | LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA APA LAGO DE SOBRADINHO | | | | |
|---|--|------------------------|---------------|------------------------------|----------------------|
| | 23/03/2024  | | | | |
| Projeto ARCA, com o MMA e a executor o FUNBIO, o projeto tem previsão de recurso de US\$ 5 milhões (25 milhões de reais), com objetivo de Melhorar a Conservação da Caatinga, por meio da expansão da efetividade de gestão do Sistema Nacional de Conservação (SNUC) e do engajamento de populações tradicionais e comunidades locais (PT&CL), aumentando a resiliência da biodiversidade e melhorando os meios de subsistência. O componente de trabalho é o de melhoria da Efetividade de Gestão em UCs. | | | | | |
| DATA: 23 à 27 HORÁRIO: | LOCAL: Remanso, Pilão Arcado, Barra e Xique-Xique | | | | |
| CONVIDADOS | | | | | |
| Nº | INSTITUIÇÃO | NOME | TELEFONE | E-MAIL | ASSINATURA |
| 1 | Assentamento canaã | Edinei de Souza S. | 74 98198363 | edineidesouzas018@gmail.com | Edinei de Souza S. |
| 2 | Waldim Camão | Waldim F. Paes | | | Waldim Ferreira Paes |
| 3 | Assentamento | Jeron. Dias Costa | 74 98140 4338 | | |
| 4 | Assentamento | Adão Silvio dos Santos | | | |
| 5 | Assentamento | Edinaldo da Gama | | | |
| 6 | Assentamento | Budim G. Ambrósio | 74 99922-1867 | budimgomesambrosio@gmail.com | |
| 7 | Assentamento | Claudio J. dos Santos | 74 99990-9769 | | |
| 8 | Assentamento | Daniels F. Costa | 63 992688615 | | |
| 9 | Assentamento | Maria de Fátima | 998082502 | | |
| 10 | Assentamento | Almeida dos Santos | 74 99935-7201 | | |

|  INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS | LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA APA LAGO DE SOBRADINHO | <i>Ajacentamento Canaã - Lago de Sobradinho</i>  <i>23/03/2024</i> | | | |
|--|---|---|---------------|------------------------------|------------|
| <p>Projeto ARCA, com o MMA e o executor o FUNBIO, o projeto tem previsão de recurso de US\$ 5 milhões (25 milhões de reais), com objetivo de Melhorar a Conservação da Caatinga, por meio da expansão da efetividade de gestão do Sistema Nacional de Conservação (SNUC) e do engajamento de populações tradicionais e comunidades locais (PT&CL), aumentando a resiliência da biodiversidade e melhorando os meios de subsistência. O componente de trabalho é o de melhoria da Efetividade de Gestão em UCs.</p> | | | | | |
| DATA: 23 à 27 | LOCAL: Remanso, Pilão Arcado, Barra e Xique-Xique | | | | |
| CONVIDADOS | | | | | |
| Nº | INSTITUIÇÃO | NOME | TELEFONE | E-MAIL | ASSINATURA |
| 1 | Ajacentamento Canaã | Jaqueleine dos S. P. R. | (71) 99348129 | | |
| 2 | Gilmar de Souza Monteiro S. Mto | 74-987158088 | | | |
| 3 | Marielza Bonfim da Cunha Silveira | | | | |
| 4 | José Toninho dos Teixeira | | | | |
| 5 | Aldeonaria Cunha da Mto | (71) 9996742344 | | | |
| 6 | Pandini Silveira de Oliveira | (71) 999684239 | | | |
| 7 | Ednilsonas Pires Freitas | | | ednilsonas.pires24@gmail.com | |
| 8 | FUNBIO | Ana Umarim Gonçalves | 71 991264159 | ana.ufg@uol.com.br | |
| 9 | FUNBIO | PETER JOHN | 71 996474189 | peter.f.john@gmail.com | |
| 10 | INEMA | Candida Lima | 74-988727268 | candida.lima@inema.gov.br | JL |

|  <small>INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS</small> | LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA APA LAGO DE SOBRADINHO | <i>Assentamento Caatá - Pilão Arcado</i>  | | | |
|--|---|---|--------------------|-------------------------|----------------------------|
| | | 23/03/2024 | | | |
| <p>Projeto ARCA, com o MMA e a executor o FUNBIO, o projeto tem previsão de recurso de US\$ 5 milhões (25 milhões de reais), com objetivo de Melhorar a Conservação da Caatinga, por meio da expansão da efetividade de gestão do Sistema Nacional de Conservação (SNUC) e do engajamento de populações tradicionais e comunidades locais (PT&CL), aumentando a resiliência da biodiversidade e melhorando os meios de subsistência. O componente de trabalho é o de melhoria da Efetividade de Gestão em UCs.</p> | | | | | |
| DATA: 23 à 27 | LOCAL: Remanso, Pilão Arcado, Barra e Xique-Xique | | | | |
| HORÁRIO: | | | | | |
| CONVIDADOS | | | | | |
| Nº | INSTITUIÇÃO | NOME | TELEFONE | E-MAIL | ASSINATURA |
| 1 | Assentamento | M.º Antônio P. Rocha | (74)999999-0061 | _____ | Maria Anna P. Rocha |
| 2 | Assentamento | Geralaldo S. Rocha | (74)99999-3794 | _____ | x Geralaldo da Silva |
| 3 | PREFEITURA MUNICIPAL DE CESAR DE DIAS | CESAR DE DIAS | (74)98804-3744 | _____ | Sérgio Ribeiro Góes |
| 4 | PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE-XIQUE | XIQUE-XIQUE | (74)988998413 | _____ | Tânia Souza Rocha |
| 5 | | | | | <i>CR</i> |
| 6 | Prefeitura Remanso | Ana Raquel R. 85.99611.7906 | anaraquerodrigues@ | gmail.com | <i>Ana Raquel</i> |
| 7 | Assentamento | Maria Clara Silveira | (74)999893990 | clara.alves44@gmail.com | Maria Clara Silveira |
| 8 | Enviogestão | ISO domínio | 99.29.17.32 | _____ | _____ |
| 9 | Joel da Souza | 94.993428911 | _____ | _____ | Joel da Souza |
| 10 | Assentamento Buriti | 94.991.40.05.07 | _____ | _____ | Maria de Souza A. Silveira |

| LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO ARCA (23 à 27 de março de 2024) Pilão Arcado - Brejo | | 25/03/2024 |
|---|--|------------|
| | | |
| Nome | Comunidade | |
| 1 Maria de Souza Alves da Silva | Buriti | |
| 2 José Pereira Rio Branco | Quixabá | |
| 3 Jozé e Carlés Nereis das Ch | Sociedades quixabá | |
| 4 Jairson da Silva | | |
| 5 Marcos Nemes de Souza | Quixabá | |
| 6 Benilda Bezerra Pretos | Quixabá | |
| 7 Joice da Souza Neres | Associação de Desenvolvimento de Quixabá | |
| 8 Ana Maria Rodrigues de Melo | Associação de Quixabá | |
| 9 Roseli Rodrigues Coimbra | Associação de Quixabá | |
| 10 Luciene Souza Nascimento | Associação do Amorabá | |
| 11 Geraldo da Souza Soárez | Associação de Quixabá | |
| 12 Simone Rodrigues Souza | Associação de Quixabá | |
| 13 Sueli da Souza Soárez | Quixabá | |
| 14 Marlene Gomes Rodrigues | Quixabá | |
| 15 Silvana Neres Soárez | Quixabá | |
| 16 Gilmar da Souza | Associação Quixabá | |
| 17 Gildinei Neres Batista | Associação Quixabá | |
| 18 Maria Neres Soárez | Associação Quixabá | |
| 19 Monaldo Fernandes dos Santos | Associação Quixabá | |
| 20 Jozon de Souza Soárez | Associação Quixabá | |
| 21 Antônio Gomes | PUNBIO | |
| 22 Condeleime | JNOMA | |
| 23 Peter Othen | FUNBIO | |
| 24 | | |

10.2. Apêndice 2.2: Lista de Presença da Consulta em Brejo Dois Irmãos, Pilão Arcado, 25/03/2024

| inema INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS | LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA APA LAGO DE SOBRADINHO | | | | |
|--|--|--------------------------|----------------|----------------------------------|---------------------------|
| | <i>Briga das Serras - Barra e Várzeas</i>  24/03/2024 | | | | |
| <p>Projeto ARCA, com o MMA e a executor o FUNBIO, o projeto tem previsão de recurso de US\$ 5 milhões (25 milhões de reais), com objetivo de Melhorar a Conservação da Caatinga, por meio da expansão da efetividade de gestão do Sistema Nacional de Conservação (SNUC) e do engajamento de populações tradicionais e comunidades locais (PT&CL), aumentando a resiliência da biodiversidade e melhorando os meios de subsistência. O componente de trabalho é o de melhoria da Efetividade de Gestão em UCs.</p> | | | | | |
| DATA: 23 à 27 HORÁRIO: | LOCAL: Remanso, Pilão Arcado, Barra e Xique-Xique | | | | |
| CONVIDADOS | | | | | |
| Nº | INSTITUIÇÃO | NOME | TELEFONE | E-MAIL | ASSINATURA |
| 1 | ABDIPIA | Pássaro Lobo Senna | (74) 993028375 | | <i>[Signature]</i> |
| 2 | ABDIPIA | Claudia Ribeiro | (74) 99105973 | cunicaloriceira@gmail.com | <i>[Signature]</i> |
| 3 | FUNBIO | Ana Umarim Guimarães | (71) 991264159 | ana.ufmguimaraes@gmail.com | <i>[Signature]</i> |
| 4 | ABDIPIA | Elaine dos S. Ribeiro | (74) 999838037 | elainesdosesrgsribeiro@gmail.com | <i>[Signature] EXCUSA</i> |
| 5 | ABDIPIA | Sidney Ribeiro Santana | | | <i>[Signature]</i> |
| 6 | ABDIPIA | Thiago R. Alves | (74) 999710233 | alvazjettinelli@gmail.com | <i>[Signature]</i> |
| 7 | ABDIPIA | Roseli Ribeiro Azevedo | (74) 999180225 | | <i>[Signature]</i> |
| 8 | ABDIPIA | G. José Luiz P. Ferreira | (74) 999304098 | | <i>[Signature]</i> |
| 9 | SASOP | Alan Carlos de Souza | (71) 997365558 | alan.carlos9910@gmail.com | Alan Carlos de Souza |
| 10 | ABDIPIA | Edison P. Nóbrega | (74) 99914954 | | |

| inema INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS | LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA APA LAGO DE SOBRADINHO | | | | |
|--|---|------------------------|----------------|-------------------------------|--------------------|
| | <i>Quixaba - Barra</i>  25/03/2024 | | | | |
| <p>Projeto ARCA, com o MMA e a executor o FUNBIO, o projeto tem previsão de recurso de US\$ 5 milhões (25 milhões de reais), com objetivo de Melhorar a Conservação da Caatinga, por meio da expansão da efetividade de gestão do Sistema Nacional de Conservação (SNUC) e do engajamento de populações tradicionais e comunidades locais (PT&CL), aumentando a resiliência da biodiversidade e melhorando os meios de subsistência. O componente de trabalho é o de melhoria da Efetividade de Gestão em UCs.</p> | | | | | |
| DATA: 23 à 27 HORÁRIO: | LOCAL: Remanso, Pilão Arcado, Barra e Xique-Xique | | | | |
| CONVIDADOS | | | | | |
| Nº | INSTITUIÇÃO | NOME | TELEFONE | E-MAIL | ASSINATURA |
| 1 | ABDIPIA | Edinaldo Marques Lima | (74) 999501643 | edinaldomarqueslima@gmail.com | <i>[Signature]</i> |
| 2 | FUNBIO | Peter Cohen | (70) 9640189 | petercohen@gmail.com | <i>[Signature]</i> |
| 3 | ABDIPIA | Ismael Alves de Souza | (74) 999512195 | ismael995@gmail.com | <i>[Signature]</i> |
| 4 | INEMA | Sandálio Lima | (74) 988447268 | sandaliolima@inema.gov.br | <i>[Signature]</i> |
| 5 | Quixaba | Aracilda da Silva | (71) 62513 | | |
| 6 | associação Quixaba | Amélia Kelly Varejão | (74) 9974-6191 | ameliakelly@gmail.com | <i>[Signature]</i> |
| 7 | associação Quixaba | Sueli dos Prazeres | 99984834 | | <i>[Signature]</i> |
| 8 | associação Quixaba | Mariânia G. Rodrigues | (74) 999852504 | Mariânia.mariaeinha@gmail.com | |
| 9 | associação Quixaba | Elizângela | (74) 999816051 | | |
| 10 | associação Quixaba | Simone Rodrigues Souza | (74) 991247886 | | <i>[Signature]</i> |

10.3. Apêndice 2.3: Listas de Presença da Consulta em Brejo da Quixaba e Brejo Bonfim, 25/03/2024

| | | LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA APA LAGO DE SOBRADINHO | | 25/03/2024 | Brejo do Barro / Quixeré - Barr |
|--|--|--|--------------|---|---------------------------------|
| inema INSTITUTO DO MEIO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS | | | |  | |
| <p>Projeto ARCA, com o MMA e a executor o FUNBIO, o projeto tem previsão de recurso de US\$ 5 milhões (25 milhões de reais), com objetivo de Melhorar a Conservação da Caatinga, por meio da expansão da efetividade de gestão do Sistema Nacional de Conservação (SNUC) e do engajamento de populações tradicionais e comunidades locais (PT&CL), aumentando a resiliência da biodiversidade e melhorando os meios de subsistência. O componente de trabalho é o de melhoria da Efetividade de Gestão em UCs.</p> | | | | | |
| DATA: 23 à 27 | LOCAL: Remanso, Pilão Arcado, Barra e Xique-Xique | | | | |
| HORÁRIO: | CONVIDADOS | | | | |
| Nº | INSTITUIÇÃO | NOME | TELEFONE | E-MAIL | ASSINATURA |
| 1 | Associação Quixadae | Amanaria R. dos N. | 74 998757077 | | |
| 2 | Associação Quixada Família | Rodrígues Santa | 74 999496345 | | <i>(Assinatura)</i> |
| 3 | Associação Quixadae | Luricen Sávio Noronha | 74 991060714 | | <i>(Assinatura)</i> |
| 4 | Associação Quixadae | Geraldo Souza SOZ | 74 991060714 | | <i>(Assinatura)</i> |
| 5 | Associação Quixadae | Silvana Neres Souza | 74 99109601 | | <i>Silvana</i> |
| 6 | Associação Quixadae | Elvanele C. de Souza | 62 996729156 | | <i>Elvanele</i> |
| 7 | Associação Quixadae | Emelio | 74 999362283 | | <i>(Assinatura)</i> |
| 8 | Associação Quixadae | Gildinei M. Dutra | 74 999878142 | | <i>(Assinatura)</i> |
| 9 | Associação Quixadae | Maria Negra | 74 999991878 | | |
| 10 | Associação Quixadae | Gonçalo S. Café | | | |

10.4. Apêndice 2.4: Lista de Presença da Consulta em Gentio do Ouro, 26/03/2024

| <u>LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO RLA</u> | |
|--|--|
| <u>23 a 27 de março de 2024 - Gentio do Ouro - BA - 26/03/2024</u> | |
| Nome | Comunidade / Organização |
| 1- Cândida Beatriz de Oliveira | INEMPA |
| 2- Romualdo Gomes Alves | INEMIA |
| 3- Peter Cohen | FUNBIO |
| 4- Helenita Santana Bessa | Prof. - STº Inácio |
| 5- Elácia Santana dos Santos | Pedagoga - STº Inácio |
| 6- Aylson de Souza Gomes | Funcionário Público Municipia Santo Inácio P.C.S. |
| 7- Maria L. Mendonça Farias | Santo Inácio / Professora |
| 8- Isaura Kátia R. Gomes | Santo Inácio / Professora |
| 9- Deselice Maria de Souza Gomes | |
| 10- Cleusa Leão Almeida | |
| 11- Odemar Gomes dos Santos | Santo Inácio (aux. Técnico) |
| 12- Eliézio Alves Galcão | Santo Inácio / Presidente da associação |
| 13- | FUNBIO |
| 14- Ana Umariz Guimaraes | |
| 15- | |
| 16- | |
| 17- | |
| 18- | |
| 19- | |
| 20- | |
| 21- | |
| 22- | |
| 23- | |
| 24- | |
| 25- | |

11. Apêndice 3: Mecanismo de Reclamações e Denúncias do FUNBIO



Política para Reclamações e Denúncias ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio

P-17/2018

Área Responsável: Assessoria Jurídica

Objetivo:

Estabelece a política institucional sobre reclamações e denúncias sobre desvios de conduta ética, violações em salvaguardas e outros em relação a projetos financiados pelo Funbio.

Âmbito organizacional:

Esta política aplica-se a toda a organização, seus parceiros e fornecedores.

Validação

| Versão em vigor | Ação | Data |
|-----------------|--------------------|-------------|
| 5 | Aprovação | 14 nov 2024 |
| | Início da validade | 14 nov 2024 |
| | Próxima revisão | Mar 2026 |

Controle de versões

| Versão | Data | Responsável | Situação |
|--------|-------------|--------------------|----------|
| 0.1 | 14 Fev 2013 | Flávia Neviani | Minuta |
| 0.2 | 28 Fev 2013 | Jacqueline Ricarte | Revisado |
| 1 | 01 Mar 2013 | Rosa Lemos | Aprovado |

| | | | |
|------------|--------------|---|----------|
| 2-minuta | 19 Out 2018 | Alexandra Leitão, Fábio Leite e Minuta Flávia Neviani | |
| 2 | 29 Nov 2018 | Conselho Deliberativo | Aprovado |
| 3 - minuta | 19 Nov 2020 | Flavia Neviani | Minuta |
| 3 - minuta | 10 Fev 2021 | Fabio Leite, Alexandra Leitão e Rosa Lemos | Revisado |
| 3 | 29 Abr 2021 | Conselho deliberativo | |
| 4 - minuta | 29 Maio 2023 | Flávia Neviani | Revisado |
| 4 | 30 Maio 2023 | Rosa Maria Lemos de Sá | Aprovado |
| 5 - minuta | 13 Set 2024 | Alexandra Viana | Minuta |
| 5- minuta | 14 Nov 2024 | Flavia Neviani | Revisado |
| 5 | 14 Nov 2024 | Rosa Lemos | Aprovado |

Documentos Relacionados:

- Código de Conduta Ética do Funbio
- Procedimentos operacionais de Grievance
- Manual do Funcionário do Funbio
- Política de Salvaguardas Ambientais e Sociais

Contato:

A Assessoria Jurídica pode ser contatada pelo e-mail: asjur@funbio.org.br

O Comitê de Ética pode ser contatado pelo e-mail: comite.etica@funbio.org.br

Confidencialidade:

Este documento é público e estará sempre disponível no website do Funbio. Não deve ser editado ou alterado sem consentimento prévio.

I. APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS

O Funbio é comprometido com a transparência e reconhece a sua importância como um princípio orientador de sua atuação. Uma das formas de promover a transparência é estar aberto à reclamações de pessoas que se sentem afetadas pelas operações e projetos do Funbio, assim como de denúncias de quebra do Código de Ética² ou da legislação brasileira.

Esta política define a forma como o Funbio recebe toda e qualquer reclamação ou denúncia que seja feita, assim como o tratamento que é dado para cada uma delas. Por fim, esta política define os papéis que diferentes setores do Funbio terão em relação a este assunto.

O objetivo principal desta política é garantir a efetividade do Código de Ética do Funbio e da sua Política de Salvaguardas Ambientais e Sociais.

Reclamações que não sejam ligadas à salvaguardas em projetos serão direcionadas para as áreas responsáveis no Funbio.

II. DEFINIÇÕES

1. **Reclamação ou Queixa:** é um ato voluntário de informar sobre alguma insatisfação com procedimentos adotados pelo Funbio ou pelo não cumprimento dos procedimentos existentes, inclusive por imperícia, consideradas as previsões da Política de Salvaguardas Ambientais e Sociais – P 24/2020 e/ou as adotadas pelos doadores do Projeto.
2. **Denúncia:** uma denúncia é um ato voluntário de informar sobre algum fato relacionado à desvio de conduta ética em desacordo com o Código de Ética do Funbio ou a legislação brasileira.
3. **Protestos:** tipo de denúncias ou reclamações que são objeções de proponentes participantes de processos seletivos do Funbio quanto ao não cumprimento da Política de Compras e Contratações do Funbio- P- 31/2014.
4. **Comitê de Ética:** é um colegiado instituído pelo Funbio com a responsabilidade de garantir o cumprimento das normas estabelecidas no Código de Ética do Funbio e demais políticas com este relacionadas.
5. **Salvaguardas:** um conjunto de ações planejadas, geralmente preventivas, para evitar que projetos apoiados pelo Funbio tenham impactos sociais e ambientais negativos, cujas molduras estão estabelecidas na P 24/2020 ou em especificidades estabelecidas pelos doadores de projetos.
6. **Ponto focal de reclamações sobre salvaguardas³** : é a pessoa responsável pelo Sistema de Queixas – Grievance System (GS).
7. **Sistema de Queixas – Grievance System (GS)** – mecanismo, dotado de independência e isenção que se reporta ao Comitê de Gestão do Conselho Deliberativo do Funbio. O GS contém canal de recebimento, processamento e endereçamento de queixas, reclamações e conflitos relacionados às salvaguardas sócio ambientais do Funbio em seus projetos, com o objetivo de assegurar o cumprimento das salvaguardas.
8. **Ponto focal de protestos:** é uma unidade interna do Funbio destacada para analisar as demandas de protestos e dar-lhes respostas e encaminhamentos devidos.

III. CANAIS DE RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS DO FUNBIO

O Funbio fornece três canais principais para reclamações e denúncias:

Tabela 4: Canais para reclamações e denúncias.

| Canal | Contato | Quando utilizar |
|--|--------------------------------|--|
| Reclamações sobre salvaguardas | gs@funbio.org.br | Para reportar reclamações referentes aos procedimentos do Funbio ou o efeito negativo de projetos (salvaguardas) |
| Comitê de Ética | comite.ethica@funbio.org.br | Para reportar desvios de conduta de acordo com o Código de Ética do Funbio e casos relacionados à Política SEAH - P-44/2022 - política de medidas de proteção contra abuso, assédio e exploração sexual. |
| Protestos em Processos de compras e contratações | protesto.compras@funbio.org.br | Participantes de processos de compras e contratações que entendam que política de compras e contratação do Funbio não foi observada em algum processo específico |

Ao receber uma reclamação/denúncia/protesto a mesma será avaliada para ver se ela foi enviada para o canal correto. Caso o reclamante/denunciante/autor do protesto faça o seu informe para o canal errado, o mesmo será encaminhado para o ponto focal adequado no Funbio. Exemplo: caso uma denúncia de um desvio de conduta ética seja enviada para o canal de reclamações (neste caso o canal errado) a mesma será encaminhada ao Comitê de Ética pelo responsável do canal de reclamações, e vice-versa.

Os canais de reclamações/denúncias/protestos deverão estar facilmente acessíveis no site do Funbio na internet.

No caso de projetos com salvaguardas o canal de reclamações deve ser divulgado entre as pessoas que possam ser afetadas pela execução do projeto.

No caso de projetos onde o Funbio atua como implementador, e não como executor, especialmente nos projetos da Agência de Implementação GEF/GCF, o Funbio deve exigir que o executor tenha e divulgue seus próprios canais de reclamações/denúncias sobre salvaguardas.

IV. EXPECTATIVAS DOS RECLAMANTES/DENUNCIANTES EM RELAÇÃO AO TRATAMENTO DO FUNBIO

IV.1. Resposta

Toda reclamação, denúncia ou protesto feita a um dos canais do Funbio terá uma resposta com exceção de:

- a. Propagandas/spam recebidas pelos canais do Funbio
- b. Pedidos de informação sobre o Funbio (ex. “como faço para mandar um projeto ou o meu currículo”)

O fato do Funbio responder não significa uma concordância tácita com a denúncia, reclamação ou protesto, cada caso será analisado de acordo com os procedimentos e Políticas do Funbio e/ou de doadores, quando aplicáveis, e o seu Código de Ética.

O Funbio não tem um prazo estipulado para as respostas, mas considera- se adequado um período de 10 dias úteis para que haja a confirmação do recebimento da reclamação/denúncia foi recebida e registrada e que os procedimentos de checagem, apuração serão iniciados.

IV.2. Não Retaliação

O Funbio tem o compromisso de proteger seus funcionários e parceiros de discriminações ilegais ou retaliações como resultado de fornecimento de informações ou participação em investigações envolvendo alegações de condutas impróprias antiéticas ou suspeitas de violação à legislação ou regulamentação de qualquer jurisdição, nacional ou estrangeira, onde o Funbio exerce suas atividades, ou das Políticas do Funbio, por qualquer funcionário.

Qualquer forma de retaliação que um reclamante/denunciante perceber deve ser, tão logo quanto possível, ser denunciada ao Comitê de Ética pelo canal definido na seção III deste documento.

IV.3. Confidencialidade e Anonimato

Sempre que for possível, a confidencialidade e o anonimato das reclamações e das denúncias será mantido automaticamente, sendo conhecidos apenas pelo ponto focal de reclamações e pelos membros do Comitê de Ética.

Denúncias feitas de forma anônima também serão apuradas, entretanto, para que a resposta seja dada é preciso alguma forma de contato (pode ser por um e-mail que não identifique o reclamante/denunciante).

Entretanto, para casos onde a apuração pode identificar (mesmo que não diretamente) o reclamante/denunciante, o mesmo poderá requerer permanecer no anonimato, ou seja, que apenas o ponto focal para reclamações ou os membros do Comitê de Ética, conhecerão sua identidade. Entre as responsabilidades destas pessoas está o compromisso de manter a confidencialidade sempre que ela for requerida.

Cabe ressaltar que dependendo da reclamação/denúncia poderá ser difícil manter o anonimato para que o caso seja apurado. Nestes casos o Funbio irá entrar em contato com o reclamante/denunciante para ver o que pode ser feito.

A intenção do Funbio é de esclarecer, o melhor possível, todos os casos que chegarem por estes canais, mas o desejo de anonimato de um reclamante/denunciante deve ser respeitado por princípio e será superior à necessidade de apuração se ambas se colocarem em conflito.

IV.4. Direito ao Não-Constrangimento e Considerações de Gênero

O Funbio entende que vítimas de assédio ou de discriminação podem se sentir constrangidas em realizar reclamações ou denúncias. Para evitar e mitigar essa possibilidade o Funbio declara que os funcionários que recebem estas reclamações e denúncias são capacitados a não- constranger ninguém.

Mulheres podem solicitar que o contato com o ponto focal de reclamações ou com o Comitê de Ética seja sempre feito com outras mulheres, sugerimos que nestes casos o primeiro contato seja feito de forma análoga ao exemplo abaixo:

“Gostaria de fazer uma reclamação/denúncia, mas antes gostaria que meu contato a partir de agora fosse feito sempre com uma mulher”

Caso o ponto focal para reclamações não seja do sexo feminino e uma mensagem com esse requerimento seja enviada, a mesma será tratada, excepcionalmente, pelo Comitê de Ética através de um de seus membros do sexo feminino.

Qualquer outro tipo de constrangimento pode ser tratado e, na medida do possível e de forma razoável, antes que qualquer reclamação/denúncia seja feita.

V. EXPECTATIVAS DO FUNBIO EM RELAÇÃO ÀS RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS

A intenção do Funbio é esclarecer reclamações e apurar denúncias de forma transparente e justa. Para que isso seja possível é preciso que qualquer reclamação ou denúncia contenha a maior quantidade de fatos e evidências possíveis.

Casos que não sejam baseados em fatos ou evidências também serão apurados, mas a capacidade de verificação poderá ficar comprometida, comprometendo também a resolução do caso.

O Funbio abre estes canais para todas as pessoas e espera que eles sejam utilizados com responsabilidade. Inúmeras mensagens repetidas, agressões ou qualquer tentativa de constranger, impedir ou atrasar o trabalho das pessoas envolvidas na apuração destes casos serão reportadas ao Comitê de Ética e conforme a gravidade às autoridades competentes.

Qualquer pessoa que intencionalmente produza denúncia falsa ou evidência que saiba ser falsa, não será protegido por esta Política, e poderá:

- a. Receber uma ação disciplinar (no caso de funcionários do Funbio), incluindo a possibilidade de rescisão de seu contrato de trabalho.
- b. Ter o seu contrato cancelado, em caso de consultores os prestadores de serviço.
- c. Ser vetado de contratações futuras pelo Funbio ou por projetos financiados pelo Funbio.
- d. Ser processado na justiça comum caso o Funbio ache necessário
- e. O caso poderá ser levado ao Conselho caso a denúncia falsa seja feita por um membro do Conselho.

VI. O TRATAMENTO DADO ÀS RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS

O processo de recebimento, resolução, acompanhamento e fechamento de cada denúncia ou reclamação será supervisionado pela Auditoria Interna do Funbio, respondendo diretamente ao Conselho Deliberativo.

Cabe ressaltar que a Auditoria Interna não terá, a priori, acesso às denúncias e reclamações, mas será avisada que uma destas existe e acompanhará se as respostas estão sendo dadas de forma eficiente aos reclamantes.

Anualmente será feito um “relatório público” sobre as denúncias e reclamações recebidas, sem informações que comprometam os denunciantes/reclamantes. Este documento será publicado no site do Funbio, podendo ser utilizados formas adicionais de publicidade do mesmo.